



**Relatório
de
Gestão**

**Prestação de Contas
ADA 2006**

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – ADA**

DIRETOR GERAL

DJALMA BEZERRA MELLO

DIRETORES

GEORGETT MOTTA CAVALCANTE
PEDRO CALMON PEPEU GARCIA VIEIRA SANTANA

CHEFE DE GABINETE

ALDA SELMA FROTA MONTEIRO

PROCURADOR GERAL – EM EXERCÍCIO

MARCIA LIRA DE OLIVEIRA DOPAZO A. JOSÉ

AUDITOR – CHEFE

ELMA DE NAZARÉ LUCENO CARVALHO

COORDENADOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

MARIA MARCIANA CONCEIÇÃO BATISTA

COORDENADOR GERAL PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

ROBERTO CARLOS SAMPAIO BARBOSA

GERENTES EXECUTIVOS

ADEMIR CONCEIÇÃO CARVALHO TEIXEIRA
MILTON GUIMARÃES LIMA JÚNIOR
MARTA MARIA ROCHA - SUBSTITUTA
0ANDRÉ LUIZ LOPES DE SOUZA



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - ADA



Relatório de Gestão

Prestação de Contas ADA 2006

Belém – Pará
2007

**AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – ADA
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA-
COPLAGE**

**Av. Almirante Barroso, 426 – Marco
66.090 –900 Belém-PA**

www.ada.gov.br

E-mail: gabinete@ada.gov.br

Organização e elaboração – Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica –
COPLAGE/CGI/ADA
Normalização – Biblioteca da ADA
Impresso – Reprografia da ADA

Agência de Desenvolvimento da Amazônia
Relatório de Gestão – Prestação de Contas 2006 / Agência de Desenvolvimento
da Amazônia.

Belém: ADA, 2007

1. ADA – Relatório de Gestão - Prestação de Contas 2006. I. Título.

APRESENTAÇÃO

Em conformidade com a Instrução Normativa TCU N° 047/2004, Decisão Normativa TCU N° 081, de 06 de dezembro de 2006, a Portaria CGU N° 555, de 28/12/2006, que dispõe sobre a formalização do processo de Tomada e Prestação de Contas das Unidades Gestoras do Poder Executivo Federal, para o exercício de 2006, por meio de sua Unidade Gestora 5330001-MI/SE/SECEX, a AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – ADA apresenta o Relatório de Gestão - Prestação de Contas do Exercício 2006. Este Relatório envolve um leque de programas e ações convergentes com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional – MI, contemplando os Programas do PPA 2004/2007. Nesse contexto, a ADA tem sobre sua responsabilidade 08 Programas Finalísticos e 02 Programas de Apoio Administrativo, elencados com as suas respectivas ações, obedecendo os Limites Orçamentários definidos pela Lei 11.306/2006 – LOA 2006, aprovada em 16/05/2006.

SUMÁRIO

1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA.....	7
1.1 Nome Completo e Oficial do Órgão:.....	7
1.2 Número do CNPJ:.....	7
1.3 Natureza Jurídica:.....	7
1.4 Vinculação Ministerial:.....	7
1.5 Endereço Completo da Sede:.....	7
1.6 Endereço da Página Institucional na Internet.....	7
1.7 Código e Nome do Órgão, da Unidade Gestora (UGs).....	7
1.8 Norma(s) de Criação e Finalidade Jurisdicionada.....	8
1.9 Norma(s) que estabelece(m) a Estrutura Orgânica.....	9
1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno.....	12
2. OBJETIVOS E METAS.....	12
2.1 Identificação do Programa Governamental.....	12
2.2 Descrição do Programa, Projeto/Atividade.....	14
2.3 Indicadores Utilizados para Avaliar o Desempenho do Programa.....	20
2.4 Metas Físicas e Financeiras previstas na Lei Orçamentária.....	21
3. INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO.....	24
3.1 Nome do indicador ou parâmetro utilizado.....	24
3.2 Descrição.....	24
3.3 Fórmula de Cálculo e Método de Medição.....	25
3.4 Responsável pelo Cálculo/Medição.....	26
4. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS.....	28
5. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS.....	48
6. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	48
6.1 Transferência de Recursos (Convênios e Outros Meios).....	48
7. CONTROLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	51
8. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	51
9. PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL.....	52
9.1 Identificação do Projeto ou Instituição Beneficiada.....	52
9.2 Resultados das Vistorias Técnicas e Acompanhamentos.....	52
9.3 Impacto sócio-econômico gerado.....	52
9.4 Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas.....	53
9.5 Situação atual do projeto/instituição.....	53
9.6 Legislação Pertinente.....	54
9.7 Valor dos Investimentos.....	54
10. AVALIAÇÃO.....	54
11. ACORDOS INTERNACIONAIS.....	55
12. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA.....	64
13. GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	65
14. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS.....	67
QUADROS.....	76

1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Nome Completo e Oficial do Órgão:

AGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – ADA

1.2 Número do CNPJ:

CNPJ/MF Nº 05.165.423/0001-85

1.3 Natureza Jurídica:

Autarquia Federal

1.4 Vinculação Ministerial:

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL – MI

1.5 Endereço Completo da Sede:

Av. Almirante Barroso, nº 426

Bairro do Marco

CEP: 66.090-900

Tel.: (0__91) 4008-5440/5441

Fax: (0__91) 3266-0366

1.6 Endereço da Página Institucional na Internet

www.ada.gov.br

1.7 Código e Nome do Órgão, da Unidade Gestora (UGs) e Gestão Utilizado no SIFAF:

Unidade Gestora: 533.001

Gestão: 53.205

1.8 Norma(s) de Criação e Finalidade Jurisdicionada

A Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA foi criada pela Medida Provisória Nº 2.146-1, de 04 de maio de 2002 e reedições posteriores, sendo a última de Nº 2.157-5 de 24 de agosto de 2001, tendo por objetivo implementar políticas e viabilizar instrumentos de desenvolvimento da Amazônia.

A área de atuação da ADA compreende a região denominada de Amazônia Legal, construção geopolítica estabelecida em 1996 para fins de planejamento que corresponde aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a parte do Maranhão que se situa a Oeste de Meridiano 44° de Longitude Oeste, representando 60% do território brasileiro, com sede e foro na cidade de Belém, Estado do Pará.

A atuação da ADA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política de Desenvolvimento Nacional Integrada e do Plano de Desenvolvimento da Amazônia e será efetuada em articulação com o Conselho Deliberativo para o Desenvolvimento da Amazônia, órgão e entidades públicas dos Governos Federal, Estadual e Municipal que atuam na Região e sociedade civil organizada, conforme Regimento Interno, Resolução Nº 02, de 25 de agosto de 2003, publicado no DOU Nº 237 de 27/03/2004 – Secção 1 Fls. 17 a 21, tendo como competências regimentais:

- Propor e coordenar a implantação do Plano de Desenvolvimento da Amazônia, sob a supervisão do Ministério da Integração Nacional;
- Gerir o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia;
- Aprovar projetos a serem executados no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia;
- Autorizar contratação e liberar recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, mediante proposição do Agente Operador,
- Auditar e avaliar os resultados da aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia;
- Implementar estudos e pesquisas destinados à identificação de potencialidades e vulnerabilidades sócio-econômicas e ambientais e propor estratégias e ações compatíveis com o espaço regional;
- Fortalecer as estruturas produtivas da região, a partir da mobilização do seu potencial;

- Promover ações voltadas ao desenvolvimento social da região;
- Estruturar e implementar redes de informação em apoio às atividades produtivas;
- Promover a cooperação técnica, tecnológica e financeira com organismo nacionais e internacionais, voltada à integração e ao desenvolvimento regional;
- Elaborar estudos de viabilidade de projetos de integração e de desenvolvimento regional;
- Implementar programas de capacitação gerencial, de formação e qualificação de recursos humanos adequados ao mercado regional;
- Realizar estudos de ordenamento e gestão territoriais e avaliar os impactos das ações de integração e de desenvolvimento na região, especialmente do ponto de vista ambiental; e
- Verificar a adequabilidade dos projetos à política de desenvolvimento regional.

1.9 Norma(s) que estabelece(m) a Estrutura Orgânica

A estrutura regimental da Agência foi aprovada pelo Decreto Nº 4.125, de 13 de fevereiro de 200, alterado pelo Decreto Nº 4.652, de 27 de março de 2003, tendo seu processo de instalação iniciado, em 22 de julho de 2002, com a posse da primeira Diretoria Colegiada, compostos por um Diretor e três Diretores indicados pelo Ministério de Estado de Integração Nacional e nomeados pelo Presidente da República. A atual Diretoria Colegiada foi nomeada, em 07 de julho de 2003, após aprovação pelo Senado Federal, sendo sua posse ocorrida em 11 de julho de 2003.

A administração da ADA é regida por Contrato de Gestão Art. 119 MP Nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, firmado pelo Ministério de Estado da Integração Nacional e pelo Diretor-Geral da Agência.

É importante ressaltar, que após dezembro de 2002, por meio da Portaria Nº 828, de 05 de dezembro de 2002(1) do Ministério de Estado de Integração Nacional, foi atribuída à ADA a responsabilidade de administrar os instrumentos de desenvolvimento da Amazônia representados pelos incentivos fiscais com base no imposto de renda pessoa jurídica, disciplinados pela MP Nº 2.199-14/2001, responsabilidade esta, todavia, limitada aos pleitos protocolizados após a publicação de citado ato normativo ocorrida em 11/12/2002, continuando os demais a serem de responsabilidade do Ministério da

Integração Nacional por meio da Inventariança Extrajudicial da Extinta SUDAM, fato este evidenciado nas Portarias/MI N° 547, de 30/04/03 (DOU 07/05/2003) e de N° 838, de 20/08/2003 (DOU 22/08/2003).

A partir de 11 de novembro de 2003, com a publicação da Portaria N° 1.080-A, de 30 de outubro de 2003, também daquela Pasta, retificada no Diário Oficial da União de 20/11/2003, foi atribuída a ADA a responsabilidade pela apreciação dos pleitos de incentivos fiscais protocolizados antes de 11 de dezembro de 2002, com possibilidade de emissão de laudos constitutivos e aprovação de projetos técnico-econômicos, o que importou, na assunção por esta Agência, de competência para administração de processos que até então se encontravam sob a alçada do Ministério da Integração Nacional, por meio da Inventariança Extrajudicial da extinta SUDAM, logo, de todos os processos que tem por objetivo pleitos dessa natureza.

Tal fato, todavia, por si só não viabilizou, de pronto, a adoção de qualquer providência em relação aos mesmos por parte deste Órgão, na medida em que havia necessidade de remessa dos processos em questão da SUDAM à ADA. Tanto que a Portaria da Inventariança N° 48, de 18/11/2003, determina a sua Coordenadoria de Projetos que remeta a esta Autarquia todos os autos processuais e respectivos anexos de isenção e redução de IRPJ, que tramitam naquela Inventariança; e o Ofício da Inventariança CPROJ N° 394/03, de 24/11/2003, encaminhado á ADA relação dos Processos de Isenção e Redução de IRPJ que se encontravam sob a responsabilidade da Inventariança, no total de 554, informando que a transferência será imediata, tão logo sejam conferidos por servidor da Coordenadoria.

A Portaria da ADA N° 206, de 03/12/2003, por sua vez, estabeleceu procedimentos internos sobre a recepção de processos transferidos da Inventariança da Extinta SUDAM, de incentivos fiscais com base no IRPJ e Convênios.

Por outro lado, face o término dos trabalhos da Inventariança da extinta SUDAM foi, também, transferida para a ADA as competências seguintes por meio das respectivas Portarias: Portaria N° 043 de 06/11/2003 (Transferência de acervo técnico, bibliográfico e documental), Portaria N° 044 de 06/11/2003 (Transferência de bens móveis), Portaria N° 045 de 06/11/2003 (Transferência de gestão de Convênios), Portaria N° 049 de 21/11/2003 (Transferência de arquivo geral), Portarias ratificadas pelo Decreto N° 4.984 de 12/02/2004, dando competência para administração dos convênios celebrados pelo Órgão extinto.

Com o advento do Decreto nº 4984 de 12.02.2004, coube à Agência de Desenvolvimento da Amazônia, a gerência, administração de contratos, ajustes e convênios celebrados no âmbito da extinta Autarquia Federal SUDAM, o processamento das prestações de contas e Tomada de Contas referentes aos Convênios firmados pela extinta Autarquia Federal e outras decorrentes da transferência do arquivo geral da SUDAM.

Foi aprovada e sancionada a Lei Complementar Nº 124/2007, de 30 de janeiro de 2007, instituindo a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, o que vem exigindo da Agência uma postura dinâmica e pró-ativa, concedendo amplitude à finalidade de induzir as ações dos setores público e privado, procedendo para tanto prioridades de ações voltadas ao resgate do planejamento estratégico do desenvolvimento regional, articuladora das políticas públicas para a Amazônia, assim como restabelecer um novo modelo de financiamento para a região.

Uma das vertentes da Agência, relativamente à amplitude de suas ações diz respeito ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, Fundo este criado pela Medida Provisória Nº 2.157-14 de 24/08/2001, e até os meados de 2005, sem a operacionalização devida, tendo em vista a rigidez de sua regulamentação, que impedia por meio de normas envoltas de rigor em excesso, que o Fundo fosse atrativo aos Empreendedores da Região e àqueles que desejavam se instalar aqui.

Somente com a edição do Decreto Nº 5.593 de 23/11/2005, cujas linhas alteraram substancialmente as disposições do Decreto Nº 4.254 de 31/05/2002, tornando o Regulamento do FDA mais próximo do objetivo da sistemática, tal seja atrair e fomentar investimentos na Região, foi possível dar seguimento às análises das cartas-consulta ingressadas na Agência, e cuja análise do Projeto de Investimento caberá ao Banco da Amazônia realizar por força do Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre a ADA e aquela Instituição Financeira.

Para tanto, foram editadas pela Diretoria Colegiada, com o objetivo de otimizar o fluxo das análises a serem realizadas na sistemática do FDA, a Resolução Nº 15 de 07/11/2005, que aprovou o roteiro para apresentação dos Projetos de Investimentos a serem analisados pelo Banco da Amazônia, e a Resolução Nº 12, de 27 de junho de 2005, que aprovou o roteiro para apresentação e análise de Carta-consulta no âmbito do FDA, a Resolução Nº 24, de 13 de março de 2006, que estabelece a incidência de taxas de juros para os projetos de infra-estrutura e para o empreendimentos dos setores considerados prioritários em Ato do Ministro da Integração Nacional, independentemente

do setor, e a Resolução Nº 30, de 23 de maio de 2006, referente a emissão de Laudo Constitutivo e da Declaração, de que trata o Art. 3 do Regulamento aprovado pela Resolução ADA Nº 11, 14 de junho de 2005.

Quanto às Normas de Procedimento Interna e Externa, com o objetivo de regularizar fluxos e procedimentos na Agência, foram editadas em 2005 as Portarias Normativas Nº 02 de 22/03/2005, Suprimento de Fundo, Nº 03 de 02/05/2005, aprovou normas de procedimentos administrativos e operacionais, Nº 04 de 27/06/2005 aprovou o Manual de orientações para transferência voluntária e a Norma de Procedimento Nº 05/2005, de 27/06/2005 utilização de placas no âmbito dos Convênios realizados pela Agência, e Portaria Nº 07, de 25/01/2005 que trata da prorrogação da Portaria Nº 168 de 18/11/2005.

1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada

Publicado no Diário Oficial da União Nº 55, de 22 de março de 2004, Seção 1, Fls. 17 a 21.

2. OBJETIVOS E METAS

2.1 Identificação do Programa Governamental e das Ações Administrativas do Plano de Ações

A ADA tem sob sua responsabilidade 10 Programas do Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal, que contemplam o total de 20 ações que possuem como foco estratégico o cumprimento da missão institucional da Agência na Amazônia Legal, assim como o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual 2004-2007-PPA e no Plano de Ação 2006, aprovado pela Diretoria Colegiada da ADA em 30.05.2006.

PROGRAMAS E AÇÕES 2006

Programa	Ação
0750 – Apoio Administrativo	04.122.0750.2000 Administração da Unidade
	04.301.0750.2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
	04.365.0750.2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
	04.331.0750.2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados
	04.306.0750.2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados
0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	09.272.0089.0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis
0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	19.571.0461.0696 Consolidação de Centros de Excelência e Núcleo de Difusão Tecnológica
0512 – Zoneamento Ecológico – Econômico	04.127.0512.8689 Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual na Escala 1:250.000
0757 – Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	04.122.0757.2272 Gestão e Administração do Programa
	04.128.0757.4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
1022 – Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – PROMOVER	23.122.1022.2272 Gestão e Administração do Programa
	11.128.1022.4640 Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade
	23.691.1022.0682 Apoio a Arranjos Produtivos Locais
1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO (Emendas)	04.845.1025.005E Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrados – No Estado de Rondônia
	04.845.1025.005E 0092 Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrados – Em Municípios no Estado de Rondônia
1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura	20.126.1343.5474 Implantação da Rede de Pesca e Aqüicultura da Amazônia Legal
1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	19.572.1388.4542 Fomentos a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica
	19.571.1388.4544 Fomentos a Centros de Pesquisa na Área de Biotecnologia e Recursos Genéticos
8009 – Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRODUZIR	11.128.8009.4831 Capacitação de Técnicos Multiplicadores e Empreendedores
	11.334.8009.0692 Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos

2.2 Descrição do Programa, Projeto/Atividade ou Ação Administrativa em Termos do Objetivo Geral, dos Objetivos Específicos e Beneficiários

1. PROGRAMA 0750 – Administração da Unidade

Descrição do Programa: Assegurar as condições necessárias para a manutenção e funcionamento do órgão, além das ações voltadas a assistência de pessoal.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Administração da Unidade – Nacional	Manutenção da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, principalmente no que se refere à modernização dos serviços administrativos e adequação de suas instalações.	Manutenção dos serviços administrativos, tais como: serviços de limpeza, conservação e vigilância das instalações físicas da Agência, serviços de telefonia fixa e móvel, serviços de comunicação, serviços de fornecimento de água, energia elétrica, internet, diárias e passagens de servidores, reforma e adequação de ambiente, bem como aquisição bens móveis, de equipamentos de informática e outros necessários ao funcionamento adequado das atividades desenvolvidas pela ADA.	Direta através de empresas prestadoras de serviços e de fornecedores de material e de equipamentos.
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes	Garantir a assistência à saúde do servidor da ADA e seus dependentes proporcionando um atendimento de qualidade e sem interrupção	Direta através de credenciamento médico e hospitalar.
Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos Servidores e Empregados – Nacional	Dotar os dependentes dos servidores públicos federais, na faixa etária de 0 a 6 anos e aos excepcionais de assistência pré-escolar.	Garantir condições de atendimento pré-escolar aos dependentes dos servidores, na faixa etária de 0 a 6 anos e aos excepcionais.	Administração Direta a Servidores
Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados – Nacional	Dotar o servidor de Auxílio Transporte conforme previsão legal	Assegurar aos Servidores Ativos o deslocamento residência ao trabalho e vice-versa	Administração Direta a Servidores
Auxílio Alimentação aos Servidores Empregados – Nacional	Dotar o servidor de Auxílio Alimentação conforme previsão legal	Subsidiar as despesas com refeição aos servidores ativos, sendo-lhes pago diretamente, na proporção de seus trabalhos.	Administração Direta a Servidores

2. PROGRAMA 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Descrição do Programa: Assegurar a manutenção do pagamento aos Inativos e Pensionistas

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Pagamento de Aposentadoria e Pensão – Servidores Civis – Nacional	Dotar o Inativo e Pensionista de previdência conforme previsão legal.	Assegurar previdência aos Inativos e Pensionistas	Administração Direta a servidores

3. PROGRAMA 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Descrição do Programa: Promoção junto às instituições de pesquisa da Amazônia, conhecimento e difusão das tecnologias nelas geradas, para que as mesmas dinamizem o setor produtivo, promovendo a inclusão social, a geração e distribuição de renda e conseqüentemente contribuam para a qualidade de vida das populações.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Consolidação de Centros de Excelência e Núcleos de Difusão Tecnológica – Na Amazônia Legal.	Apoiar a consolidação de centros de excelência e núcleos de difusão tecnológica da Amazônia tendo como foco a capacitação de recursos humanos para a consolidação de arranjos produtivos locais e da matriz sócio-econômico estratégica dos Estados da Região Amazônica.	Apoiar pesquisas aplicadas à consolidação de arranjos produtivos locais e da matriz econômica estratégica dos Estados da Amazônia Legal e capacitar Recursos Humanos para a realização de pesquisas, objeto de dissertações de mestrado e teses de doutorado.	Instituições Regionais de Pesquisa, Universidades Públicas e Particulares, Fundações Públicas e Privadas de Amparo à Pesquisa, Secretarias Estaduais de Ciência, Tecnologia e Planejamento e Entidades representativas do setor produtivo e da sociedade civil.

4. PROGRAMA 0512 – Zoneamento Ecológico-Econômico

Descrição do Programa: Instrumentalizar o planejamento estratégico visando o ordenamento território para orientar as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual na Escala 1:250.000 – Nacional	Implementar o zoneamento ecológico-econômico visando conhecer as potencialidades e as limitações sociais, econômicas e ambientais em áreas selecionadas da Amazônia e desta forma, dotar o governo das bases técnicas e científicas necessárias para a especialização das políticas públicas que promovam desenvolvimento sustentável da região.	Subsidiar a formulação de políticas de ordenamento do território da área de influência da BR 163, orientar os diversos níveis decisórios para a adoção de políticas convergentes com as diretrizes de planejamento estratégico da Amazônia, e propor soluções de proteção e de des. que considerem a melhoria das condições de vida da população e a redução dos riscos de perda do patrimônio natural.	Instituições Regionais de Pesquisa, Universidades Públicas e Particulares, Governos Municipal e Entidades privadas representativas da sociedade.

5. PROGRAMA 0757 – Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Descrição do Programa: Apoio a Promoção do conhecimento e difusão das tecnologias nelas geradas, como incentivo a inclusão social, a geração e distribuição de renda para melhoria da qualidade de vida das populações da Amazônia.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Gestão e Administração do Programa	Apoio a Estruturação do Programa	Apoiar projetos de pesquisa e estruturação do Programa	ADA, Instituições de Ensino e Pesquisa, Acordos Internacionais.
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Incentivar, apoiar e buscar o desenvolvimento e a capacitação dos servidores da ADA por meio da elevação de seus conhecimentos e do aprimoramento de suas técnicas intelectuais.	Realizar cursos de capacitação, treinamentos, atualizações	Servidores da ADA

6. PROGRAMA 1022 – Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões – PROMOVER

Descrição do Programa: Apoiar a pesquisa e difusão de tecnologias, fortalecimento, organização para instalar na região a capacidade dos atores (produtores, empresários e mão-de-obra) a formatação e implementação de comitês gestores para o pleno desempenho dos APL na Região Amazônica.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Gestão e Administração do Programa – Na Amazônia Legal	Criar condições estruturais e institucionais para o exercício eficiente do planejamento do desenvolvimento regional, a partir da estruturação do Sistema de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal.	Orientar o desenvolvimento da Região indicando os caminhos da reestruturação de sua base produtiva e da superação de suas deficiências estruturais objetivando maior integração sub-regional, mais consistente interação com as economias nacional e internacional, maior grau de enraizamento das dinâmicas de desenvolvimento nos fundamentos naturais e culturais locais e maior capacidade distributiva intra e intergerações: maior poder de difusão e generalização dos resultados às necessidades das gerações futuras.	ADA, Instituições de Ensino e Pesquisa, Governos Estaduais e Municipais, ONG's e demais instituições representativas do setor
Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade – Na Amazônia Legal	Propiciar a inserção competitiva da Região Amazônica, através da capacitação de pessoal, especialmente nas atividades produtivas e na prestação de serviços que resultem em vantagem diante de outras regiões.	Capacitar recursos humanos nas sub-regiões selecionadas, para suprir demandas especializadas do mercado de trabalho, decorrente do modelo tecnogerencial implantado sob a ótica da competitividade.	Instituições de Ensino e Pesquisa Pública e sem fins lucrativos, Fundações Públicas e Privadas de Amparo à Pesquisa.
Apoio a Arranjos Produtivos Locais – Na Amazônia Legal	Fortalecimento de arranjos produtivos em pontos estratégicos da Amazônia objetivando a sustentabilidade nos ganhos de competitividade regional criando modelos com base em ações programadas que incentivem a produção e distribuição, difusão de tecnologias de produto e de processo, bem como informação e qualificação dos atores e propiciar a inserção de produtos regionais nos mercados nacional e internacional.	Apoiar o desenvolvimento competitivo do APL de frutas e de móveis nos Estados do Pará e Amapá, mediante a difusão e implantação de tecnologias de sistemas de produção de frutas e madeiras apropriadas, envolvendo sistemas agro florestais, com vistas a reduzir a sazonalidade da produção de frutas. Treinamento, formação de capital social vinculado diretamente à cadeia produtiva, como forma de aumentar a eficiência produtiva das empresas e do APL; implementar centro de produção de mudas e de treinamento aos produtores e técnicos, envolvendo clones resistentes a pragas e doenças das diversas frutas tropicais, para fomento imediato aos pequenos agricultores nos vários pólos frutícolas do Pará e Amapá, além de viabilizar o aprofundamento das relações das empresas de móveis com rede de fornecedores e clientes e desenvolver estratégias competitivas, agregar valor e certificar os produtos, com vistas a ampliar a participação dessas empresas no mercado.	Instituições Regionais de Pesquisa, Universidades Públicas e Particulares, Fundações Públicas e Privadas de Amparo à Pesquisa, Secretarias Estaduais de Produção, e entidades representativas do setor produtivo e da sociedade civil.

7. PROGRAMA 1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO

Descrição do Programa: Promover e apoiar ações de políticas sociais, mediante a implantação de programas e projetos focados na melhoria da qualidade de vida da população amazônica.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrados – No Estado de Rondônia	Promover e apoiar ações de políticas sociais, mediante a implantação de programas e projetos focados na melhoria da qualidade de vida da população amazônica, com a participação efetiva de instituições governamentais, não-governamentais e da sociedade civil organizada	Apoiar Projetos de Infra-estrutura (Emendas Parlamentares)	Governos Municipais.
Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrados – Em Municípios no Estado de Rondônia	Promover e apoiar ações de políticas sociais, mediante a implantação de programas e projetos focados na melhoria da qualidade de vida da população amazônica, com a participação efetiva de instituições governamentais, não-governamentais e da sociedade civil organizada	Apoiar Projetos de Infra-estrutura (Emendas Parlamentares)	Governos Municipais.

8. PROGRAMA 1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

Descrição do Programa: Implantar uma rede de informação e articulação institucional envolvendo setores de pesca e aqüicultura da Região.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Implantação da Rede de Pesca e Aqüicultura da Amazônia Legal	Desenvolver e dinamizar a pesca de cultivo, através da definição de políticas de ação e fomento, nos campos sócio-econômico e tecnológico, e da criação, consolidação e ampliação de uma competência e excelência regional sobre recursos piscícolas da Amazônia.	Implementar a rede de pesca e aqüicultura da Amazônia Legal, para atuar de forma colaborativa com o setor produtivo, instituições de pesquisa e difusão tecnológica e organização sociais vinculadas ao setor, promovendo o desenvolvimento e a dinamização da pesca e aqüicultura.	Instituições Regionais de Pesquisa, Universidades Públicas e Particulares, e de Fundações de Amparo a Pesquisa, pescadores e criadores.

9. PROGRAMA 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE

Descrição do Programa: Fomento a centros de ensino e pesquisa na região amazônica, na área de recursos genéticos e biotecnologia, envolvendo apoio a infra-estrutura de laboratórios, instalações, máquinas e equipamentos; apoio a projetos de pesquisa básica e aplicada a eventos técnico-científicos na área, além da formação de recursos humanos; Realização de estudos sobre o grau de inserção tecnológica e, os entraves tecnológicos dos sistemas de produção.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Fomentos a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica	Apoiar projetos de capacitação de recursos humanos, estudos, pesquisas para o desenvolvimento sustentável, adaptação e transferência de tecnologia direcionados à transformação da biodiversidade amazônica com base nas potencialidades e realidades locais visando a promoção da competitividade amazônica.	Aumentar a competitividade da economia regional mediante o apoio a projetos de desenvolvimento, de adaptação e de transferência de tecnologias.	Produtores rurais e urbanos, extrativistas, remanescentes de quilombos e outras populações tradicionais da Amazônia e suas organizações representativas.
Fomentos a Centros de Pesquisa na Área de Biotecnologia e Recursos Genéticos	Fomentar instituições de ensino e pesquisa da área de recursos genéticos, contribuindo para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e tecnologias a partir da biodiversidade da Amazônia.	Apoiar projetos direcionados ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e tecnologias a partir da biodiversidade da Amazônia.	Instituições de Ensino e Pesquisa, Centros de Excelência em Ciência e Tecnologia

10. PROGRAMA 8009 – Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRODUZIR

Descrição do Programa: Promover a capacitação organizacional e produtiva de comunidades pobres, urbanas e rurais, potencializando seus recursos e vocações econômicas, para a estruturação e/ou fortalecimento de empresas associativas e cooperativas de bens e/ou serviços com a competitividade do mercado, gerando ocupações produtivas e rendas.

Ação	Objetivo Geral	Objetivo Específico	Beneficiários
Capacitação de Técnicos Multiplicadores e Empreendedores – Na Amazônia Legal.	Formar agente-multiplicadores e empreendedores na metodologia do Pronager-Amazônia para a implementação eficaz de suas ações de forma integrada e multi-institucional, visando à difusão tecnológica aos parceiros e aos beneficiários finais, com vistas a potencializar e instrumentalizar a formação de redes locais voltadas ao desenvolvimento e fortalecimento de Políticas Públicas de geração de trabalho e renda.	Capacitar técnicos multiplicadores, gestores de empreendimentos locais na metodologia de atuação do programa.	Instituições Públicas e Privadas sem fins lucrativos, Técnicos, Gestores e Lideranças Locais.
Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos – Na Amazônia Legal	Apoiar projetos integrados e sinérgicos de geração e/ou fortalecimento de empreendimentos produtivos de modo que possam dinamizar a produção e causar impactos na base produtiva do APL.	Apoiar a estruturação, a organização e/ou fortalecimento de pequenos e micros empreendimentos produtivos no contexto dos APL.	Governos Estaduais, Prefeituras Municipais, Sistemas S e outros parceiros locais, produtores da agricultura familiar, inclusive de assentamentos da Reforma Agrária, Pequenos e micros empreendedores, bem como desempregados e sub empregados.

2.3 Indicadores Utilizados para Avaliar o Desempenho do Programa, Projeto/Atividade ou Ação Administrativa

Como indicadores de desempenho dos Programas quanto aos resultados previstos, tiveram como parâmetros às metas previstas no Plano de Ação 2006 da ADA aprovada pela Diretoria Colegiada em 30/05/2006 e no Plano Plurianual 2004-2007-PPA, considerando que para a elaboração do Plano de Ação, foram utilizadas variáveis macroeconômicas, mediante os cenários e a conjuntura atual da região.

Foi um trabalho conjunto com o Ministério da Integração, com maior participação dos gerentes no processo de avaliação e análise das ações, objetivando a consolidação da visão dos resultados, concepção e gestão dos programas da ADA, segundo uma ótica conjunta.

Com base nessa premissa e visando o contínuo aperfeiçoamento dos mecanismos de consulta e controle social, a ADA no exercício 2006 continuou executando suas ações embasada em consultas à sociedade civil, acentuando as relações entre Estado e sociedade.

Na avaliação de desempenho levaram-se em conta os indicadores qualitativos e quantitativos que demonstrem em relação à eficácia, a variação existente entre o programado e o executado, tendo como meta o alcance pleno dos objetivos traçados no Plano de Ação da ADA para o exercício 2006, com a demonstração percentual do atendimento dessas metas.

2.4 Metas Físicas e Financeiras previstas na Lei Orçamentária e/ou Pactuadas com o Supervisor Ministerial

Em conformidade com a Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, (LOA 2006) e em observância as disposições e limites constantes no Decreto nº 5.780 de 19 de maio de 2006 que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006, e dá outras providências. A Agência de Desenvolvimento da Amazônia por meio de sua Unidade Gestora 5330001-MI/SE/SECEX AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, teve um orçamento aprovado de R\$44.577.518,00, conforme a **Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira 2006 por Programa**, Quadro 1. Somando-se ao orçamento inicial, foram criados mais R\$ 743.992,00 de créditos suplementares referente à despesa de pessoal e custeio da assistência médica e odontológica, e mais transferências recebidas de R\$684.417.647,00, conforme demonstrado no Quadro 1. Somando-se ao orçamento inicial, foram criados mais R\$ 743.992,00 de créditos suplementares referente à despesa de pessoal e custeio da assistência médica e odontológica, e mais transferências recebidas de R\$684.417.647,00 para inversões financeiras destinadas ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, R\$172.190,15 para o Programa Resposta ao Desastre/ Socorro e Assistência a Pessoas Atingidas por Desastres e R\$127.945,87 destacado para o programa/Ação – 0757 - Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, totalizando dessa forma R\$730.039.293,02, que deduzindo os destaques concedidos de R\$172.000,00 e a suplementação de R\$150.000,00 para assistência médica e odontológica perfaz o total da previsão da receita no Balanço Orçamentário de R\$729.717.293,02,

onde foram executados R\$714.552.012,38 correspondente a 98% do total fixado, não estando incluído nesse total R\$172.000,00 de destaque concedido.

Da programação prevista apresentamos as metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e no Plano de Ação 2006 da ADA e também as que foram pactuadas e suplementadas pelo Ministério da Integração para que fosse atingido o pleno êxito das ações previstas em comum acordo ADA/MI.

1. PROGRAMA 0750 – Apoio Administrativo

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	META FINANCEIRA (R\$)
Instituição Mantida	Unidade	01	11.043.475,00

Obs1: Referente a pessoal a dotação aprovada foi de R\$4.854.203,00 sendo suplementado R\$ 296.236,00 totalizando R\$5.150.439,00 do total de pessoal os restantes R\$3.788.015,00 programado referem-se ao custeio da unidade.

Obs2: O Valor aprovado pelo OGU foi de R\$ 4.854.203,00, sendo suplementado R\$ 296.236,00 que atingiu o total de R\$ 5.150.439,00.

Dos R\$ 5.150.439,00 previstos para a ação foram executados R\$ 5.131.473,77, o que gerou um saldo positivo de R\$ 18.965,23.

O valor do crédito suplementar de R\$ 296.236,00, foi publicado no DOU de 28/11/2006.

O pedido de crédito suplementar ocorreu em função do reajuste concedido pelo Governo Federal, através da Medida Provisória N° 304/2006, publicado no DOU de 30/06/2006, que dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-PGPE, com efeito financeiro em julho de 2006.

2. PROGRAMA 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Pessoa Beneficiada	Unidade	1/mês	14.387,00

Obs1: Não houve nenhum caso de Instituidor de Pensão, nem servidor Aposentado no exercício.

Dos R\$ 14.387,00 projetados para a Ação foram pagos R\$ 14.171,57, que corresponde a 98,50 % do total dos créditos programados

Obs2: O Valor aprovado pelo OGU foi de R\$ 256.200,00, sendo suplementado R\$150.000,00 que atingiu o total de R\$ 406.200,00

Dos R\$ 406.200,00 previstos para a ação foram executados R\$ 353.965,82, o que gerou um saldo de R\$ 52.234,18

O valor da verba suplementar de R\$ 150.000,00 só ocorreu em 23.12.2006

3. PROGRAMA 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Centro Apoiado	Unidade	04	200.000,00

4. PROGRAMA 0512 – Zoneamento Ecológico-Econômico

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Zoneamento Realizado	Km ²	170.000	700.000,00

5. PROGRAMA 0757 – Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Servidor Capacitado	Unidade	158	900.000,00

6. PROGRAMA 1022 – Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões – PROMOVER

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Pessoa Capacitada	Unidade	50	2.869.656,00
APL Viabilizado	Unidade	18	

7. PROGRAMA 1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Projeto Apoiado	Unidade	18	27.150.000,00

8. PROGRAMA 1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Rede Implantada	Unidade	01	400.000,00

9. PROGRAMA 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Centro Apoiado	Unidade	05	200.000,00

10. PROGRAMA 8009 – Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRODUZIR

Meta Física	Unidade de Medida	Quantidade	Meta Financeira (R\$)
Pessoa Capacitada	Unidade	50	1.100.000,00
Empreendimento Gerado	Unidade	25	

3. INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

3.1 Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas

Indicadores quantitativos e qualitativos e de eficácia.

3.2 Descrição (O que pretende medir) e Tipo de Indicador (de Eficiência, de Eficácia ou de Efetividade)

Para desenvolvimento do Plano de Ação 2006 da ADA, foram considerados os objetivos e metas previstos, de acordo com o referencial estratégico elaborado através de uma ação integrada de suas Coordenações e Gerências Executivas adotando-se o foco em resultado. Neste enfoque, o planejamento foi dividido em interno e externo, sendo complementares e convergentes, objetivando o cumprimento da missão institucional da ADA na promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Considerando que o modelo de desenvolvimento regional deverá ser capaz de reduzir as desigualdades inter e intra-regionais, produzir melhoria de qualidade de vida, através da inclusão social e redução da pobreza, bem como garantir a conservação e preservação do meio ambiente, a ADA priorizou projetos e ações no apoio à empreendimentos inseridos na proposta de fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais, para apoio principalmente aos segmentos produtivos de menor porte na economia e nas ações de Promoção de Investimentos (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, e Redução de Imposto de Renda Pessoa Jurídica), para a promoção do desenvolvimento regional. Em seu Plano de Ação 2006 considerou dois eixos referenciais:

I. Gestão Administrativa:

1. Investimento para o desenvolvimento dos recursos humanos;
2. Integração interna de Ações Executivas e Administrativas;
3. Gestão para estruturação, manutenção e regularização do patrimônio da ADA;
4. Estabelecimento, comunicação e cumprimento de todas as normas de procedimentos da ADA.

II. Gestão Estratégica:

1. Estabelecimento de mecanismos e indicadores que permitam o monitoramento e avaliação de desempenho e impacto das ações desenvolvidas pela instituição;
2. Investimentos em Divulgação;
3. Articulações Institucionais;
4. Fortalecimento dos Instrumentos de Promoção para o Desenvolvimento Regional;
5. Gestão da Informação.

A análise do indicador de eficácia tem como parâmetros a execução das metas previstas no Plano de Ação 2006 e no Plano Plurianual 2004-2007, do Governo Federal e o seu desdobramento em outros resultados/efeitos que convergem para o cumprimento de sua missão na Amazônia Legal.

3.3 Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Utiliza-se para o cálculo dos indicadores uma regra de três simples, para atendimento de execução ao ano, através da seguinte expressão:

$$\frac{\text{Executado (ano)} \times 100}{\text{Programado (ano)}} = \% \text{ de execução (ano)}$$

3.4 Responsável pelo Cálculo/Medição

Os programas Governamentais incluídos no PPA 2004-2007, sob a responsabilidade da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA estão amparados pelo Decreto número 5.233 de 06 de outubro de 2004, que estabelece as normas para a gestão do Plano Plurianual 2004-2007 e de seus Programas em seu Art. 3º, Art. 4º em seu parágrafo 1º no que se refere aos Coordenadores de Ações/PPA relacionados a Natureza de responsabilidade, sendo portanto, também os responsáveis pelas informações de cálculo/medição, com cadastro no SIGPLAN, assim como no controle e acompanhamento das referidas ações, encontrando-se a seguir relacionados:

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS INCLUÍDOS NO PPA 2004-2007

Programa	Ação	Coordenador de Ação PPA/ Responsável Medição
0750 – Apoio Administrativo	04.122.0750.2000 Administração da Unidade	Maria Marciana Conceição Batista
	04.301.0750.2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Maria Marciana Conceição Batista
	04.365.0750.2010 Assistência Pré- Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Maria Marciana Conceição Batista
	04.331.0750.2011 Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	Maria Marciana Conceição Batista
	04.306.0750.2012 Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	Maria Marciana Conceição Batista
0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	09.272.0089.0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cíveis	Maria Marciana Conceição Batista
0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	19.571.0461.0696 Consolidação de Centros de Excelência e Núcleo de Difusão Tecnológica	André Luis Lopes de Sousa
0512 – Zoneamento Ecológico-Econômico	04.127.0512.8689 Zoneamento Ecológico - Econômico Estadual na Escala 1:250.000	André Luis Lopes de Sousa
0757 – Gestão da política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	04.122.0757.2272 Gestão e Administração do Programa	Roberto Carlos Sampaio Barbosa
	04.128.0757.4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Maria Marciana Conceição Batista
1022 – Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – PROMOVER	23.122.1022.2272 Gestão e Administração do Programa	Roberto Carlos Sampaio Barbosa
	11.128.1022.4640 Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade	Roberto Carlos Sampaio Barbosa
	23.691.1022.0682 Apoio a Arranjos Produtivos Locais	Roberto Carlos Sampaio Barbosa
1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO	04.845.1025.005 E0052 e 04.845.1025.005 E0058 Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrados	Milton Guimarães Lima Junior
	FALTA COLOCAR A AÇÃO	Milton Guimarães Lima Junior
1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura	20.126.1343.5474 Implantação da Rede de Pesca e Aqüicultura da Amazônia Legal	Roberto Carlos Sampaio Barbosa
1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	19.572.1388.4542 Fomentos a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica	André Luis Lopes de Sousa
	19.571.1388.4544 Fomentos a Centros de Pesquisa na Área de Biotecnologia e Recursos Genéticos	André Luis Lopes de Sousa
8009 – Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRODUZIR	11.128.8009.4831 Capacitação de Técnicos Multiplicadores e Empreendedores	Ademir Conceição Carvalho Teixeira
	11.334.8009.0692 Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos	Ademir Conceição Carvalho Teixeira

4. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Para a análise crítica dos resultados, a ADA teve como referência as metas previstas no Plano de Ação 2006 e no PPA-2004-2007 e na Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, (LOA 2006) e em observância as disposições e limites constantes no Decreto nº 5.780 de 19 de maio de 2006 que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006 e no atendimento das metas previstas com base nos indicadores referidos nos itens 2.3, 3.1, 3.2 e 3.3 deste Relatório de Gestão, tendo como resultado a Avaliação dos Resultados. Apresentamos também, a **Demonstração de Execução Orçamentária e Financeira** ocorrida no exercício 2006, ver **Quadro 1**, com as suplementações ocorridas, saldos financeiros e restos a pagar dos referidos programas. Cabe ressaltar que os Programas e Ações relacionadas às atividades meios apresentarem em termos quantitativos e qualitativos elevado índice de execução física e financeira, nos programas e ações finalísticas ocorrem um menor índice de execução em decorrência da não liberação de limites pelo Ministério da Integração, o que impediu que alguns programas conforme será demonstrado neste item não fossem executados. As atividades de execução direta como as meios e fins voltadas principalmente às atividades internas atingiram um elevado índice de execução no exercício. Os programas finalísticos que tiveram liberação de limites demonstraram um nível elevado de execução física e financeira o que demonstra eficácia nos resultados atingidos tanto dos programas meio quanto nos finalísticos.

Na análise de resultados não foi considerado o resultado do objeto do projeto, o que ocorrerá no exercício seguinte, e sim considerado as metas previstas como parâmetro de medição de acordo com o número de projetos apoiados, considerando-se como meta executada a assinatura do instrumento, assinado pelas partes envolvidas e publicadas no Diário Oficial da União, enfatizando que para que alcance a formalização, são dispendidas horas trabalhadas para análises técnicas, documental, financeira, jurídica e demais encaminhamentos, emissão de pareceres, e publicação o que demanda custos para a instituição. Ressalta-se que para as ações de GAP-Gestão de Administração do Programa, na lei orçamentária e PPA, não existe metas previstas, por se tratar de ação de suporte à programas e ações institucionais, a meta é definida no Plano de Ação da ADA. Para verificação do cumprimento do objeto dos projetos apoiados a ADA realiza visita “in loco” e análise de relatórios para acompanhamento da execução do cronograma previsto no Plano de Trabalho de cada projeto, assim como, para atualização do SIGPLAN/MPO,

visto que o projeto Aprovado considerou as prioridades da ADA através de transferência voluntária ou ação direta.

1. PROGRAMA 0750 – Apoio Administrativo

Ação: Administração da Unidade – Nacional

META FÍSICA	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Instituição Mantida	Unidade	1	1	100	10.188.454,00	8.991.013,41	88%

Obs: Referente a pessoal a dotação aprovada foi de R\$4.854.203,00 sendo suplementado R\$ 296.236,00 totalizando R\$5.150.439,00 do total de pessoal os restantes R\$3.788.015,00 programado referem-se ao custeio da unidade.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR GRUPO DE DESPESA

GRUPO DE DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL + SUPLEMENTAÇÃO	EXECUTADO
1 – PESSOAL ENCARGOS	100	5.150.439,00	5.131.473,77
3 – CUSTEIO	100	3.488.015,00	3.415.898,75
4 – INVESTIMENTO	100	500.000,00	244.997,96
3 - CUSTEIO	250	300.000,00	116.053,33
4 – INVESTIMENTO	250	750.000,00	82.589,60
TOTAL		10.188.454,00	8.991.013,41

Avaliação do Resultado:

Para a adequação de perfil e dos quantitativos quanto aos Recursos de Suporte para implementação das ações finalísticas, foram desenvolvidas atividades de suporte aos programas, além da manutenção dos serviços administrativos da Instituição.

Em 2006, mesmo com restrição orçamentária para desenvolvimento desta ação, foram efetuadas medidas de trabalho conjuntas e participativas com os atores envolvidos, tais como: Continuação de padronização de móveis, Iniciada a renovação da frota de veículos, aquisição de equipamentos: switches a fim de evitar estrangulamento na rede de informática, aquisição de impressoras de rede visando a economia com gasto com cartuchos, início da compra de equipamentos gráficos a fim de dar suporte as demandas internas e externas, conclusão das obras de reforma do restaurante e a climatização deste, aquisição de purificadores de ar a fim possibilitar a eliminação de bactérias e fungos do arquivo geral, Recuperação de equipamento odontológico; diversas aquisições e serviços objetivando o suporte logístico e de suprimento.

Em 2006 do total do programa para o custeio administrativo foi de R\$4.263.015,00, a ADA recebeu um limite total para empenho de R\$3.859.539,64, para as despesas de custeio e

investimento, distribuídos em R\$3.415.898,75 em despesas correntes e R\$244.997,96 em despesas de capital da fonte 100, R\$116.053,33 em despesas correntes e R\$82.589,60 em despesas de capital, desse total foram executados 88,19% que atenderam as demandas elencadas nos objetivos específicos da ação, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

Ação: 2000 - Administração da Unidade (Pagamento de Pessoal Ativo)

PRODUTOS / METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			VALOR TOTAL (R\$)		
		Programado	Realizado	%de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Pessoal Beneficiado	Unidade Servidores e dependente	148	150	101,35	5.150.439,00	5.131.473,77	99,63

- Obs: 1. O Valor aprovado pelo OGU foi de R\$ 4.854.203,00, sendo suplementado R\$ 296.236,00 que atingiu o total de R\$ 5.150.439,00.
 2. Dos R\$ 5.150.439,00 previstos para a ação foram executados R\$ 5.131.473,77, o que gerou um saldo positivo de R\$ 18.965,23.
 3- O valor do crédito suplementar de R\$ 296.236,00, foi publicado no DOU de 28/11/2006
 O pedido de crédito suplementar ocorreu em função do reajuste concedido pelo Governo Federal, através da Medida Provisória Nº 304/2006, publicado no DOU de 30/06/2006, que dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-PGPE, com efeito financeiro em julho de 2006.

Ação: 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes

PRODUTOS / METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			VALOR TOTAL (R\$)		
		Programado	Realizado	%de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Pessoal Beneficiado	Unidade Servidores e dependentes	474	474	100%	406.200,00	353.965,82	87,14%

- Obs: 1. O Valor aprovado pelo OGU foi de R\$ 256.200,00, sendo suplementado R\$150.000,00 que atingiu o total de R\$ 406.200,00
 2. Dos R\$ 406.200,00 previstos para a ação foram executados R\$ 353.965,82, o que gerou um saldo de R\$ 52.234,18
 3. O valor da verba suplementar de R\$ 150.000,00 só ocorreu em 23.12.2006.

Avaliação do Resultado:

Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA implantou no órgão o PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE – PROAS, em forma de suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, tendo por Ação: Assistência médica, odontológica e de enfermagem aos servidores e seus dependentes, a nível **Interno**: Prestar consultas médicas aos servidores e dependentes, bem como atender os aposentados e pensionistas da extinta Sudam.(Gerap); Atendimento de urgência; Encaminhamentos para exames de diagnóstico; Internações hospitalares; Perícias e triagens médicas; Exames de Saúde Ocupacional (exames médicos periódicos, exames admissional e etc); Homologação de atestados médicos; Licenças médicas; Visitas hospitalares e domiciliares; Pareceres médicos realizados pela Junta Médica Oficial do Órgão (licenças médicas, aposentadorias, isenção de imposto de renda, conversão de aposentadoria, reembolso de despesas médicas, etc); Inspeção técnica para credenciamento de pessoas físicas e jurídicas na área médica e odontológica; Avaliação da Saúde oral dos servidores através do atendimento odontológico, (consultas, perícias e pareceres odontológicos, encaminhamento aos credenciados e homologação dos atestados odontológicos); Campanhas de vacinação; palestras de caráter preventivo/informativo; Atividades de enfermagem: medida de pressão arterial, pequenas cirurgias, aplicações de injetáveis, infravermelho, curativos e demais atividades afins de Saúde. A nível **Externo**, parcerias com nossos credenciados, profissionais liberais, clínicas, laboratórios de patologia clínica, e hospitais.

NÚMEROS DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NO ANO DE 2006

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Médica	1.662
Odontológica	209
Enfermagem	491
TOTAL	2.362 (**)

** No total de atendimentos estão incluídos, todos os atendimentos médicos, odontológicos e de enfermagem a nível ambulatorial; encaminhamentos externos, internações, consultas, exames laboratoriais aos credenciados. Bem como os atendimentos internos aos servidores da extinta Sudam, aposentados, pensionistas e servidores da Gerap/Sudam.

Total de despesas com os credenciados:

R\$ 353.965,82 (**)

** Nesses valores estão incluídos as despesas com Odontologia no período de Junho a dezembro no valor de R\$ 16.068,71. Despesas com os exames médicos periódicos no valor de R\$ 23.481,62. No período de janeiro a maio foram suspensos os encaminhamentos odontológicos externos, priorizando os atendimentos médicos hospitalares.

Pontos Positivos:

- O esforço da Diretoria Colegiada no sentido de dar continuidade ao PROAS.
- O esforço da CGP no sentido de intensificar as ações que proporcionem e estimulem o envolvimento dos servidores e familiares em atividades saudáveis, tanto do ponto de vista físico, quanto emocional, visando a melhoria da qualidade de vida, de cada servidor e seus dependentes.
- O esforço da COGAF no sentido de conseguir verba suplementar devido ao déficit orçamentário projetado.
- Recuperação do gabinete odontológico interno
- Manutenção da refrigeração interna
- Avaliação da Saúde oral dos servidores, e realização dos exames médicos periódicos
- Palestras educativas
- Campanha de vacinação

Pontos Negativos:

- Suspensão do atendimento odontológico externo por seis meses
- O desequilíbrio financeiro em relação à dotação orçamentária
- O aumento dos valores da Tabela da CBHPM – classificação brasileira de honorários de procedimentos médicos da AMB-Associação Médica Brasileira.
- Falta de medicamentos para área médica e odontológica, em nível de atendimento interno, os quais não foram adquiridos para esta unidade, durante todo o ano de 2006.
- O atraso na liberação da verba Suplementar, só ocorrendo em 23.12.06

Ação: 2010 - Assistência Pré-Escolar aos dependentes dos Servidores e Empregados – Nacional

PRODUTOS / METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			VALOR TOTAL (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Criança Beneficiada	Unidade Dependentes	34	24	70,59	26.928,00	18.143,80	67,38

Avaliação do Resultado:

Dos R\$ 26.928,00 previstos para serem aplicados na Assistência Pré-Escolar foram realizados R\$18.143,80, correspondente a 67,38 % do total dos créditos.

Ação: 2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados – Nacional

PRODUTOS / METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			VALOR TOTAL (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Pessoa Beneficiada	Unidade servidores	109	103	94,50	87.636,00	49.588,37	56,58

Avaliação do Resultado:

Dos R\$ 87.636,00 projetados para a Ação foram pagos R\$ 49.588,37, que corresponde a 56,58% do total dos créditos disponíveis.

Ação: 2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores Empregados - Nacional

PRODUTOS / METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			VALOR TOTAL (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Pessoa Beneficiada	Unidade servidores	148	137	92,57	279.708,00	216.300,65	77,33

Avaliação do Resultado:

Em 2006 do total programado R\$ 279.708,00, projetados para Ação foram executados R\$ 216.300,65, que corresponde a 77,33 % dos créditos disponíveis.

Ação: 09HB - Contribuição da União de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

PRODUTOS / METAS	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE			VALOR TOTAL (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Pessoa Beneficiada	Unidade servidores	148	150	101,35	587.276,00	798.540,91	135,97

Avaliação do Resultado:

Dos R\$ 587.276,00 programados foram aprovados na LOA 2006 R\$500.785,00 que foram insuficientes para o cumprimento da ação, havendo a necessidade de suplementação para o pagamento de R\$ 798.540,10, que corresponde a 135,97 % do total dos créditos programados.

O valor do crédito suplementar de R\$ 86.491,00 foi publicado no DOU em 23.12.2006.

O valor programado foi extrapolado em decorrência de reajuste concedido pelo Governo Federal, através da Medida Provisória Nº 304/2006, publicado no DOU de 30/06/2006, que dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-PGPE, com efeito financeiro em julho de 2006.

2. PROGRAMA 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Ação: 0181 - Pagamento de Aposentadoria e Pensão – Servidores Civis – Nacional

PRODUTOS / METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			VALOR TOTAL (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Pessoa Beneficiada	Unidade Beneficiário pensão	01	02	200	14.387,00	14.171,57	98,50

Obs: Não houve nenhum caso de Instituidor de Pensão, nem servidor aposentado no exercício.

Avaliação do Resultado:

Dos R\$ 14.387,00 projetados para a Ação foram pagos R\$ 14.171,57, que corresponde a 98,50 % do total dos créditos programados.

No Plano Plurianual 2004/2007, para o exercício 2006 a Agência do Desenvolvimento da Amazônia – ADA atuou em 8 Programas Finalísticos divididos em 15 Ações a seguir apresentadas:

3. PROGRAMA 0461 – Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ação: Consolidação de Centros de Excelência e Núcleo de Difusão Tecnológica na Amazônia Legal

Principais Produtos e Metas:

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Centro Apoiado	Unidade						
		04			200.000,00	-	-

Avaliação dos Resultados:

Total previsto na LOA 2006 a ADA não executou em decorrência de não ter sido liberado limite para empenho para esta ação pelo MI.

4. PROGRAMA 0512 – Zoneamento Ecológico – Econômico na Amazônia Legal

Ação: Zoneamento Ecológico - Econômico Estadual na Escala 1:250.000

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Zoneamento Ecológico-Econômico	Km ²	170.000	-	-	700.000,00	-	-

Avaliação dos Resultados:

Total previsto na LOA 2006 a ADA não executou em decorrência de não ter sido liberado limite para empenho para esta ação pelo MI.

5. PROGRAMA 0757 – Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

AÇÃO: 04.122.0757.2272 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação na Amazônia Legal.

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA		
		Programado	Executado	Resultado (%)	Programado	Executado	Resultado (%)
Servidores Capacitados/ Treinados	Unidade	158	85	54%	150.190,17	133.133,23	89%

Avaliação dos Resultados da Meta Física e Financeira:

A execução física e financeira do Programa 0757 - **Gestão de Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial** foi efetivada por meio de um convênio, celebrado entre a ADA e a Universidade Federal do Pará -UFPA, para a execução de um “**Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**”, Etapa de Pesquisa, com recursos no valor de R\$101.020,00 (cento e um mil e vinte reais), da Ação – **04.122.0757.2272 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação na Amazônia Legal**, direcionado a formação do capital humano regional para o fortalecimento da capacidade técnica da Amazônia, apoiando 12 servidores públicos selecionados e aprovados na primeira Etapa desse curso (disciplinas teóricas), que darão subsídios para a pesquisa de campo e à elaboração de teses. O convênio foi assinado no final de dezembro de 2006, ficando os recursos a serem liberados em restos a pagar em 2007, com sua execução programada para o decorrer de 2007/2008, com vigência de 20/12/2007 a 29/06/2008.

Dando continuidade a execução desta ação a Coordenação de Gestão de Pessoas da ADA, em 2006 demandou 15 (quinze) ações de Capacitação/treinamento, visando o desenvolvimento dos recursos humanos do Órgão, além de 09 (nove) eventos Motivacionais e de Integração dos servidores.

Na medida do possível, procurou atender as demandas advindas dos setores da ADA, com base no Levantamento das Necessidades de Treinamento – LNT, realizado por esta Coordenação junto às Unidades Técnicas e Administrativas da ADA, que apresentaram uma demanda muito superior a que realmente foi realizada, visto que todas

as ações efetuadas neste ano, foram aprovadas individualmente, em virtude de o Plano de Capacitação elaborado para o biênio 2006/2007, encaminhado para a aprovação da Diretoria Colegiada não ter retornado aprovado para esta Coordenação.

Todo o trabalho da CGP foi realizado com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de habilidades e técnicas de nosso corpo funcional, principalmente o RH, que precisa estar preparado para desempenhar seu papel de instrumentalizador, para a execução das ações de capacitação na ADA, sem deixar de antever a criação da Nova SUDAM.

Dos recursos financeiros disponibilizados para a capacitação de servidores neste exercício, R\$150.190,17, foi investido R\$133.133,23 em diversas ações de capacitação no Estado do Pará e em outros estados, de acordo com a temática, especificados a seguir: Cursos de curta e longa duração; Presenciais; Turma Fechada(in company); Treinamentos Internos e Externos; Congressos; Jornadas; Encontros e Seminários. Além de Eventos Motivacionais/Integração dos servidores realizados na ADA e em outros locais, tais como: Dia Internacional da Mulher; Feiras de Talentos: Dia das Mães; Arraia da ADA; Dia dos Pais; Dia do Servidor Público; Círio de Nazaré; Festa de Confraternização Natalina, totalizando 15 (quinze) ações de Capacitação e 09 eventos Motivacionais/Integração.

Conseguimos capacitar 85 servidores de diversas unidades administrativas. Pretendíamos que os resultados atingidos fossem ainda melhor do que o efetuado, mas atingimos uma boa qualidade no realizado, visto que em comparação ao quantitativo de servidores que compõem o quadro da ADA, temos um número significativo de servidores federais 12 (doze) se capacitando no nível de mestrado.

Nos valores investidos em capacitação (89% do valor projetado) estão computados os gastos com inscrição em ações diversas e diárias para servidores que se deslocaram para participarem em eventos fora de Belém. Mas, também é importante ratificar que muitas ações de capacitação/treinamento de grande valor para o desenvolvimento das equipes foram efetivadas através de eventos realizados na ADA, no MPO, Escolas do governo e Entidades Parceiras, sem ônus com inscrições. Desta forma consideramos que os resultados no geral foram positivos. Considera-se portanto 54% de execução física e 89% da meta financeira executada, que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no atendimento das atividades com a adequação ao fim a que se destinou.

DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO/TREINAMENTO/2006

EVENTO	PERÍODO	ENTIDADE PROMOTORA	LOCAL	CUSTOS		Nº DE SERVIDORES
				INSCRIÇÕES	DIARIAS	
Curso de Convênios e TCE	Fevereiro/06	ADA	Belém/Pa	7.990,00		31
Frutal Amazônia VI Flor Pará	7 a 10/06/06	ADA	Belém/Pa			02
Treinamento sobre Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Previdência Social SEFIP e GFIP	09/06/06	ADA	Belém/Pa			11
Treinamento em Sistema de Patrimônio e Almoxarifado	Junho/2006	ADA	Belém/Pa			03
Encontro Jurídico	Junho/2006				363,00	01
XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural	23 a 27/07/06		Fortaleza-CE			01
Curso: Elaboração do Termo de Referência e do Edital no Pregão	29 a 31/08/06	TREIDE	Belém-PA	7.140,00		07
Seminário especial Controle na Administração Pública	11 a 12/09/06	TREIDE	Belém-P	Sem Custos com Inscrições		02
Jornada de Estudos	28 e 29/09/2006	NDJ	São Paulo	1.050,00	469,73	01
VII Curso Especial de Advocacia do Estado	20 a 24/11/2006	ASS. NACIONAL DOS PROC. FEDERAIS-ANPAF	Brasília-DF	Sem Custos com inscrição	1.043,20	01
Treinamento SIAPEcad Avançado	06 a 10/11/2006	MPO	Brasília-DF	Sem Custos com inscrição	1.438,84	02
IV Encontro Nacional de Dirigentes de Recursos Humanos do SIPEC II Encontro nacional de Serviço de Perícia Médica e de Saúde Ocupacional dos Servidores Públicos Federais	27 a 29/11/2006	MPO	Brasília-DF	Sem Custos com inscrição	3.716,84	06
Curso: Auditoria Governamental	27 a 29/11/2006	TREIDE	Belém-PA	3.570,00		03
Curso Integrado de Execução Orçamentária e Financeira no Serviço Público	04 a 08/12/2006	ESAD	Natal-RN	3.740,00	1.591,52	02
Curso de Mestrado	Outubro/2006 Outubro/2008	NAEA-UFPA	Belém-PA	101.020,00		12
TOTAL	Nº de Eventos = 15			VALOR COM INSCRIÇÕES 124.510,00	VALOR C/ DÁRIAS 8.623,23	Nº DE SERVIDORES 85
TOTAL-GERAL INVESTIDO NA CAPACITAÇÃO= R\$ 133.133,23						

EVENTOS MOTIVACIONAIS/INTEGRAÇÃO/2006

EVENTO	PERÍODO	PERÍODO
Dia Internacional da Mulher	08 DE MARÇO	ADA
Feira de Talento – 1º semestre	10 E 11 DE MAIO	ADA
Dia das Mães	12 DE MAIO	ADA
Arraial da ADA	29 DE JUNHO	ADA
Dia dos Pais	13 DE AGOSTO	ADA
Campanha de Vacinação- 1ª, 2ª e 3ª Doses	AGOSTO, OUTUBRO E DEZEMBRO	ADA
Dia do Servidor Público	26 E 27 DE OUTUBRO	ADA
Confraternização Natalina	14 DE DEZEMBRO	TRAPICHE
Feira de Talento – 2º semestre	18, 19 E 20 DE DEZEMBRO	ADA
TOTAL-GERAL = 09 EVENTOS		

Pontos Positivos

- A qualidade na capacitação, qualificando dentre o número reduzido de servidores do quadro de pessoal da ADA, 08 servidores em nível de Mestrado

Pontos Negativos

- A demora na liberação do orçamento/2006;
- A espera na aprovação do Plano de capacitação/ADA, para o biênio 2006/2007.

Ação: Gestão e Administração do Programa

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Projeto Apoiado	Unidade	03	02	100	750.000,00	445.247,96	59

Avaliação do Resultado:

Nesta ação do total programado foi realizado 59%, o aporte para os acordos internacionais Projeto BRA/04/001-ADA/OEA entre a ADA e a Organização dos Estados Americanos no valor de R\$420.000,00, assinado em 30.01.2004 com vigência até 28.02.2007, no sentido de dotar a Agência de meios e instrumentos necessários para habilitá-la ao cumprimento de sua missão, voltada à promoção do desenvolvimento, na perspectiva dos papéis a serem desenvolvidos pela Instituição que a sucederá, a Nova SUDAM, com detalhamento no item 11 - ACORDOS INTERNACIONAIS.

Nesta ação foi previsto também recursos para acompanhamento dos convênios transferidos da extinta SUDAM no valor de R\$6.267,96 para execução direta e R\$18.980,00 para complementação ao projeto de Mestrado dos servidores públicos federais.

Total previsto na LOA 2006 de R\$ 750.000,00, não foi executado o valor de R\$304.752,04, em decorrência de não ter sido liberado limite para empenho pelo MI.

Das metas físicas programadas foram atingidas 66% de sua execução e nas metas financeiras 59% no exercício 2006 que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no atendimento das atividades com a adequação ao fim a que se destinou.

6. PROGRAMA: 1022 – Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões - PROMOVER

Ação: Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade.

META FÍSICA	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% Realização
Pessoa Capacitada	Unidade	50	0	0%	200.000,00	0	0%

Avaliação do Resultado:

Total previsto na LOA 2006 a ADA não executou em decorrência de não ter sido liberado limite para empenho para esta ação pelo MI.

Ação: Gestão e Administração do Programa

META FÍSICA	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% Realização	Programado	Realizado	% Realização
Projeto Estruturado	Unidade	-	-	-	300.000,00	-	-

Avaliação do Resultado:

Total previsto na LOA 2006 a ADA não executou em decorrência de não ter sido liberado limite para empenho para esta ação pelo MI.

AÇÃO: 23.691.1022.0682.0103 - Apoio a Arranjos Produtivos Locais

META FÍSICA	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% Realização	Programado	Realizado	% Realização
Projetos	Unidade	18	10	55,56%	2.369.656,00	1.037.143,00	43,77%

Avaliação do Resultado

Nesta ação a ADA, de acordo com o Plano de Ação 2006, priorizou iniciativas com foco no fortalecimento e estruturação de Arranjos Produtivos Locais – APL. Das metas físicas previstas foram firmados 10 convênios, apoiando os seguintes projetos: Fortalecimento da Castanha do Brasil do baixo Acre no valor de R\$180.299,00, firmado com o Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas do - SEBRAE / AC; Capacitação de Boas Práticas na Colheita e Comercialização dos Frutos do Açaí para Produtores Locais do Estado do Amapá, no valor de: R\$59.000,00, com o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá - IEPA; Diagnóstico da Fruticultura (abacaxi e cupuaçu) para a região do Bailique no valor de R\$91.500,00, com o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá - IEPA; Aquisição de Alveoladora de Cera para produção de 8000 kg ao ano na sede da casa do mel (35.000,00 cada) - projeto casa do mel para o fortalecimento do APL - Máquina Alveoladora e Estruturação de APL - Aquisição de embalagem mel para fortalecimento do APL da apicultura - Máquina Envassadora de Sache no valor de: R\$53.350,00, com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/RR; Validação de Desenvolvimento de Tecnologias para Mandiocultura em Arranjo Produtivo local de Roraima, no valor de R\$52.000,00, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA/ RR; Estudo para Aproveitamento dos Resíduos da Cadeia Produtiva da Madeira e Diminuição do Impacto Ambiental no Estado do Amapá, com o Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AP; Implantação de Plano de Manejo Florestal Comunitário no valor de: R\$89.830,20 com a Secretaria de Agricultura e Pesca do Estado do Amapá; Gestões de organização para aquisição de insumos em atacado (madeira, prego, parafuso, verniz, cola e lixa), com o Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AP; Compra de equipamentos para estruturação das organizações de produção (laranjal do Jari), com o Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/AP.

Os convênios foram firmados no final do exercício de 2006, ficando os recursos a serem liberados inscritos em restos a pagar, perfazendo um montante de R\$1.037.143,00 e a execução prevista para o exercício de 2007.

Do total programado para execução física obtivemos o percentual previsto de 55,56%, em sua meta financeira e 43,77%, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

Projetos de APLS Apoiados no Plano de Ação 2006

Título do Projeto	Proponente	Processo	Valor Concedido		
			Custeio	Capital	Total
Capacitação para multiplicadores e Líderes - processo de organização de produtores para o fortalecimento do APL da indústria florestal no Estado do Acre/Estruturação de APL - construção de unidades de pré-armazenamento nas Associações e Cooperativas	SEBRAE	00376-2006-91	64.550,00	115.749,42	180.299,42
Capacitação De Boas Pratica Na Colheita E Comercialização Dos Frutos Do Açai Para Produtores Locais Do Estado Do Amapá.	IEPA	00292/2006-57	59.000,00		59.000,00
Capacitação De Boas Pratica Na Colheita E Comercialização Dos Frutos Do Açai Para Produtores Locais Do Estado Do Amapá.	IEPA	00377/2006-35	90.700,00		90.700,00
Diagnóstico da Fruticultura (abacaxi, cupuaçu e açai) na Região do Bailique.	IEPA	00291-2006-11	87.600,00	3.900,00	91.500,00
Aquisição de Alveoladora de Cera para produção de 8000 kg ao ano na sede da casa do mel (35.000,00 cada) - projeto casa do mel para o fortalecimento do APL - Máquina Alveoladora e Estruturação de APL - Aquisição de embalagem mel para fortalecimento do APL da apicultura - Máquina Envassadora de Sache	SEBRAE	00490/2006-11		53.350,00	53.350,00
Validação de Desenvolvimento de Tecnologias para Mandiocultura em arranjo produtivo local de Roraima	EMBRAPA	0537/2006-46		52.000,00	52.000,00
Realização de Diagnóstico sobre as perdas para maior aproveitamento de resíduos e diminuição do impacto ambiental no APL de Madeira e Móveis no Estado do Amapá.	SEBRAE	00467/2006-26	50.000,00		50.000,00
Elaboração-aplicação de plano de manejo comunitário em floresta para o fortalecimento do APL de Madeira e Móveis no Estado do Amapá	Secretaria de Agricultura e Pesca	Oficio 921	11.121,00	78.709,20	89.830,20
Gestões de organização para aquisição de insumos em atacado (madeira, prego, parafuso, verniz, cola e lixa) (projeto elaborado).	SEBRAE	00487/2006-05	70.540,00		70.540,00
Compra de equipamentos para estruturação das organizações de produção (laranjal do Jarí)	SEBRAE	00412/2006-16		299.990,00	299.990,00
Total			433.511,00	603.698,62	1.037.209,62

Fonte: COPLAGE/ADA.2006

7. PROGRAMA 1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO

Neste Programa foram apoiados os convênios de infra-estrutura contemplados em duas ações, oriundos de Emendas Parlamentares para o Estado de Rondônia no valor de R\$ 17.800.000,00 para a execução das metas físicas previstas, mediante a celebração de 20 convênios com prefeituras do Estado de Rondônia.

Ação: Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrados – No Estado de Rondônia

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Projeto Apoiado	Unidade	18	05	28	15.800.000,00	6.600.000,00	37

Avaliação do Resultado:

Nesta ação foram apoiados os convênios de infra-estrutura, oriundos de Emendas Parlamentares para o Estado de Rondônia no valor previsto de R\$15.800.000,00, foi autorizado pelo Ministério da Integração Nacional a liberação do valor de R\$ 6.600.000,00, representado 37% de sua meta financeira para celebração de 05 convênios com Prefeituras do Estado de Rondônia, inscritos em restos a pagar 2007.

Das metas físicas programadas foram realizadas 28% e da financeira 37%, respectivamente, O total previsto na LOA 2006 não foi executado em decorrência de não ter sido liberado limite total para empenho para esta ação pelo MI.

Ação: Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrados – Em Municípios no Estado de Rondônia

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Projeto Apoiado	Unidade	10	15	150	11.350.000,00	11.300.000,00	99.5

Avaliação do Resultado:

Nesta ação foram apoiados os convênios de infra-estrutura, oriundos de emendas parlamentares para Municípios no Estado de Rondônia no valor previsto de

R\$11.350.000,00, foi autorizado pelo Ministério da Integração Nacional a liberação do valor de R\$ 11.300.000, representado 99,5% de sua meta financeira para celebração de 15 convênios com Prefeituras do Estado de Rondônia, inscritos em restos a pagar 2007.

Das metas físicas programadas foram realizadas 150% e da financeira 99,5%, respectivamente, o que em termos qualitativos e quantitativos demonstra eficácia no resultado da ação.

PROJETOS DE EMENDAS PARLAMENTARES 2006

Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Objeto da Avença	Valor Total Pactuado
P.M de Ariquemes/RO 04.104.816/0001-16	Construção do Teatro Municipal – 1ª Etapa	1.226.299,62
P.M de Pimenta Bueno 04.092.680/0001-71	Pavimentação Asfáltica em TSD	1.020.538,21
P.M de Alta Floresta do Oeste/RO 15.834.732/0001-54	Aquisição de Tanque de Resfriamento de leite.	136.500,00
P.M de Primavera de Rondônia/RO 84.723.030/0001-16	Recuperação de Pavimentação Asfáltica	206.031,03
P.M de Jarú/RO 04.279.238/0001-59	Construção da Casa Cultural	259.200,00
P.M de Machadinho do Oeste/RO 22.855.142/0001-73	Construção do Centro Cultural	303.125,07
P.M de Porto Velho/RO 05.903.125/0001-45	Infra-Estrutura Urbana	3.895.825,87
P.M de Urupá/RO 63.787.097/0001-44	Infra-Estrutura no Parque de Exposições	105.000,00
P.M de Presidente Médici/RO 04.632.212/0001-42	Infra-Estrutura no Parque de Exposições	105.000,00
P.M de Ariquemes/RO 04.104.816/0001-16	Construção do Teatro Municipal – 2ª Etapa	1.342.899,36
P.M de Candeias do Jamari/RO 63.761.902/0001-60	Infra-Estrutura Urbana	1.050.000,00
P.M de Vilhena/RO 04.092.706/0001-81	Recuperação e Conservação de Vias Urbanas	2.106.625,84
P.M de São Felipe do Oeste/RO 84.745.389/0001-94	Construção da Casa do Agricultor	83.703,97
P.M de Cerejeiras/RO 04.914.925/0001-07	Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais	553.346,23
P.M de Theobroma/RO 84.727.601/0001-90	Pavimentação Asfáltica	515.463,96
P.M de Governador Jorge Teixeira/RO 63.761.944/0001-00	Construção de Biblioteca Municipal	143.489,15
P.M de Pimenta Bueno/RO 04.092.680/0001-71	Pavimentação Asfáltica em TSD com Drenagem de Águas Pluviais	2.052.715,84
P.M de Rolim de Moura/RO 04.394.805/0001-18	Aquisição de Patrulha Mecanizada	858.226,90
P.M de Pimenta Bueno/RO 04.092.680/0001-71	Recapeamento de Ruas e avenidas com CBUQ	1.014.273,28
P.M de Ariquemes/RO 04.104.816/0001-16	Implantação de Infra-Estrutura Urbana	3.000.000,00

Fonte: GEPE/ADA.2006

8. PROGRAMA 1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura**Ação: Implantação da Rede de Pesca e Aqüicultura da Amazônia Legal - REPAQ****Principais Produtos e Metas:**

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% Realização	Programado	Realizado	% Realização
Projeto Apoiado	Unidade	80	80	100	400.000,00	18.047,00	4,51%

Avaliação do Resultado:

A execução foi realizada para aquisição de 80 impressoras para complementação do Projeto de Implantação da Rede de Pesca e Aquicultura da Amazônia Legal, objetivando dar suporte a rede de alimentação e atualização de dados, assim como promover a inclusão digital de 80 comunidades pesqueiras na Amazônia.

Do total previsto na LOA 2006 (R\$400.000) foi liberado pelo MI o montante de R\$50.000,00 dos quais foram executados R\$18.047, contemplando 100% da execução física prevista nesta ação.

9. PROGRAMA 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE

Ação: Fomentos a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica

Principais Produtos e Metas:

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Projeto Apoiado	Unidade	6	-	-	100.000,00	-	-

Avaliação do Resultado:

Total previsto na LOA 2006 a ADA não executou em decorrência de não ter sido liberado limite para empenho para esta ação pelo MI.

Ação: Fomentos a Centros de Pesquisa na Área de Biotecnologia e Recursos Genéticos

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Centro Apoiado	Unidade	05	-	-	100.000,00	-	-

Avaliação do Resultado:

Total previsto na LOA 2006 a ADA não executou em decorrência de não ter sido liberado limite para empenho para esta ação pelo MI.

10. PROGRAMA 8009 – Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRODUZIR

Ação: Capacitação de técnicos Multiplicadores, Diretores de Laboratórios Organizacionais e Empreendedores

PRODUTO S / METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Pessoa Capacitada	Unidade	50			220.000,00		

Avaliação do Resultado

Total previsto na LOA 2006 a ADA não executou em decorrência de não ter sido liberado limite para empenho para esta ação pelo MI.

Ação: Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos

PRODUTO S / METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Projetos Apoiados	Unidade	25	-	-	880.000,00	-	-

Avaliação dos Resultados

Total previsto na LOA 2006 a ADA não executou em decorrência de não ter sido liberado limite para empenho para esta ação pelo MI.

5. MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

As medidas utilizadas para solucionar as disfunções, foram direcionadas para atendimento nos Programas 0750 – Administração da Unidade que em 2006 com a suplementação pelo MI recursos para atendimento das ações de apoio administrativo que serviram de suporte para as atividades fins, além da aquisição de materiais de consumo e permanentes, assim, como serviços necessários ao funcionamento adequado das atividades desenvolvimento pela ADA.

6. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

6.1 Transferência de Recursos (Convênios e Outros Meios)

Considerando as transferências voluntárias anexamos o **Quadro 2**, no qual constam os convênios, descentralizações, contratos e acordos efetivados em 2006 administrados pela ADA e executados por suas Coordenações e Gerências Executivas de acordo com a Estrutura Organização, áreas afins e meio e o Plano de Ação 2006 da ADA.

Como citado no Relatório de Gestão de 2006 esta Agência passou a ter como uma das suas atribuições a gestão dos Convênios firmados pela extinta SUDAM, em razão da Portaria nº 46 da Inventariança Extrajudicial da Extinta SUDAM, publicada no Diário Oficial da União de 26.11.2003.

Com a publicação no DOU de 26/11/2003, da Portaria nº 46, emitida pela Inventariança Extrajudicial da Extinta SUDAM, esta Agência passou a administrar os processos que tratam dos Convênios firmados pela extinta SUDAM.

Vale ressaltar, porém, que a Inventariança Extrajudicial da Extinta SUDAM, ao transferir os processos de Convênios, não elaborou um relatório expondo a situação de cada um deles, tampouco informou com exatidão o número total dos processos transferidos. Essa transferência, realizada via SIAFI, ocorreu de dezembro/2003 a janeiro/2004; a transferência física, porém, iniciou-se em janeiro/2004 estendendo-se até fevereiro de 2006, tarefa ultimada pela UGFIN, unidade vinculada pelo Ministério da Integração Nacional, em virtude do término dos trabalhos da Inventariança.

Para tanto, esta Autarquia por não possuir à época em sua estrutura organizacional, com departamento ou coordenação que pudesse atender à nova atribuição, constituiu a Comissão Permanente de Convênios – CPC, com atribuição de gerir e

administrar os Convênios da extinta SUDAM, bem como, os da ADA, iniciando, assim, seus trabalhos em Janeiro de 2004.

Diante da referida atribuição esta CPC assumiu os processos de Convênios que se encontravam em diversas situações, desde a análise documental para assinatura do ajuste à análise de prestação de contas e, se fosse o caso, tomada de contas especial.

Como já citamos anteriormente a Inventariança Extrajudicial da Extinta SUDAM não repassou-nos o número exato de Convênios transferidos, tampouco a situação de cada processo; o trabalho então, iniciou-se com um levantamento da situação das contas contábeis da extinta SUDAM, junto ao SIAFI, no mês de Novembro/2003, isto é, antes da transferência para a ADA, levando-nos aos seguintes números:

Nº de registros no SIAFI	Contas Contábeis Posição: Janeiro de 2004	Valores das Contas Contábeis
-	199620300 – A liberar	--
20	199620400 - A comprovar	R\$ 3.703.578,51
242	199620500 - A aprovar	R\$ 42.124.059,81
78	199620600 – Aprovado	R\$ 9.123.815,86
453	199620700 – Homologado	R\$ 40.300.901,23
11	199620901 – Inadimplência Efetiva	R\$ 1.099.493,23
39	199620902 – Inadimplência Suspensa	R\$ 5.884.934,94
88	112290800 - Diversos Responsáveis	R\$ 16.972.094,04

Após tais levantamentos chegamos ao número de 821 Convênios transferidos, via SIAFI, contudo, constatamos que 449 Convênios encontravam-se homologados, 72 aprovados e 04 acumulavam as situações “homologado/aprovado”.

Ao excluirmos tais situações, chegamos ao número de 296 Convênios para serem analisados, contando, porém, que alteramos a situação, por força de determinação do TCU, dos convênios nºs 042/97 e 169/97, da Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu (SIAFI 328435) e da Prefeitura Municipal de Tucumã (SIAFI 336040), respectivamente, que se encontravam na conta contábil “Homologação”, chegamos ao número de 298.

Ademais, esta Comissão localizou a Nota de Sistema nº 2002NS000035, que trata da transferência de saldo para o Ministério da Integração Nacional de recursos para pagamentos de Convênios referente ao Projeto Alvorada, relativa aos Convênios nºs 111/2000 (406908), 113/2000 (406917), 117/2000 (406910) e 119/2000 (406906), ou seja, após a extinção da SUDAM alguns Convênios em razão de seus cronogramas de liberações foram assumidos pelo Ministério da Integração.

Nesse sentido, consultamos a Procuradoria Jurídica desta Agência para verificar a competência para análise dos referidos Convênios onde concluiu-se, nos termos do art. 3º do Decreto nº 4.984/2004, que esta Agência é a responsável pelos Convênios firmados no âmbito da extinta SUDAM, mesmo que parte dos recursos tenham sido repassados pelo Ministério da Integração.

Diante do exposto, contactamos o Ministério acima que transferiu via SIAFI referidos Convênios, que se encontram 03 na conta “a aprovar” e 01 na conta “a comprovar”.

Assim, chegamos ao número de 302 Convênios transferidos pela extinta SUDAM que se encontravam pendentes de análises de prestações de contas e, em alguns casos, de conclusões de tomada de contas especiais, estando, atualmente, nas diversas situações conforme apresentado no **Quadro 3** denominado “Situação dos Convênios transferidos pela Inventariança Extrajudicial da Extinta SUDAM”. Apresentamos também no **Quadro 4** os Processos de TCE instaurados em 2006.

Apresentamos abaixo, o quantitativo das principais atividades executadas no exercício de 2006:

07 - Inspeções físicas
07 - Análise de prestação de contas “in loco”
01 – Acompanhamento
25 – Pareceres Financeiros emitidos
11 - Aprovação de prestação de contas
09 - Instauração de Tomada de Contas Especial
06 - Conclusão de Tomada de Contas Especial instauradas em 2006
04 - Conclusão de Tomada de Contas Especial instauradas em outros exercícios
38 - Notificações solicitando informações e/ou devolução de recursos

De acordo com o art. 38, §2º, item I, alínea “a”, da IN/STN nº 01/97, de 15/01/97, c/c IN/TCU Nº 13, de 04 de fevereiro de 1996, foram realizadas no ano de 2006, as Tomadas de Contas Especiais Simplificadas, conforme quadro a seguir, que terão sua demonstração apresentado em volume separado:

TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS SIMPLIFICADAS

CONVENENTE	SIAFI	CONVÊNIO	SITUAÇÃO
Prefeitura Municipal de Tucumã	336040	169/97	Em razão do Acórdão 277/2004 - Plenário foi revertida a situação do presente processo no SIAFI, onde encontrava-se na conta contábil "Homologado", e instaurada TCE que após concluída foi encaminhada em 2004 para a CGU e de lá retornou para reinstrução em 2005. No mesmo ano foi concluída sugerindo-se a ratificação da aprovação das contas, nesse sentido, a CGU devolveu-nos para as providências junto ao SIAFI. Em 2006 foram tomadas as providências no SIAFI e emitido o Demonstrativo Simplificado de TCE
Cooperativa Multiprofissional e Mútua de Acidentes de Trabalho	406915	114/2000	O processo já havia sido encaminhado para a instauração de TCE em razão da ausência de manifestação quanto às pendências constatadas em análise da prestação de contas, quando a Cooperativa apresentou manifestação. Foi providenciada análise financeira que resultou em notificações. Após análise das manifestações apresentadas foi ratificada a não aprovação da prestação de contas solicitando, assim, a devolução parcial dos recursos. A referida Cooperativa devolveu referido recurso que ocasionou a aprovação das contas e a emissão de Demonstrativo de Tomada de Contas Simplificada

Também ocorreu a instauração de Tomada de Contas Especial, de acordo com o previsto no 4º do Art. 31, da Instrução Normativa No 01/97 da STN, visando a identificação dos responsáveis e quantificação do dano do Convênio 05/2002 de 25 de novembro de 2002, firmado entre a ADA e a Associação Comercial do Pará – ACP, objeto do projeto No 5943/0111/2002-69 através da Portaria No 001, de 12 de janeiro de 2006.

7. CONTROLE DAS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PATROCINADAS

Não possuímos previdência privada complementar.

8. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não possuímos programas nem projetos financiados com recursos externos.

9. PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADOS POR RENÚNCIA FISCAL

9.1 Identificação do Projeto ou Instituição Beneficiada

De acordo com o **Quadro 5**, correspondente identificamos as 118 empresas beneficiadas com redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ em 2006, 08 empresas contempladas com redução escalonada (Art. 22 do Decreto 756/69), 09 empresas que receberam Atos Declaratórios emitidos pela ADA em 2006, e 08 empresas que receberam Atos Remanescentes emitidos em 2006 (Art. 7 da MP 2.199-14, de 24/08/2001).

A política de incentivos de redução de Imposto de Renda administrados pela ADA tem como finalidade a redução fixa de 75% do IRPJ e redução escalonada de 37,5% para empresas instaladas na Amazônia Legal.

9.2 Resultados das Vitorias Técnicas e Acompanhamentos

Cento e vinte e oito empresas, que atenderam às exigências da legislação vigente, receberam vitorias técnicas da GEPIN/ADA nas linhas de produção objetos dos pleitos de redução de 75% do IRPJ a fim de verificar se as respectivas produções ultrapassaram o índice de 20% da capacidade real instalada para cada caso, resultando na emissão de 133 laudos constitutivos, de um total de 164 laudos emitidos em 2006.

Cabe explicar que 31 de todos os laudos constitutivos emitidos em 2006 são resultantes de vitorias realizadas em 2005. Das 128 empresas vistoriadas em 2006, 34 empresas não estavam aptas a receber a redução de 75% de redução do IRPJ. Como resultado de vitorias em nove linhas de produção, oito empresas obtiveram nove declarações de manutenção do benefício da Redução Escalonada, em 2006.

9.3 Impacto sócio-econômico gerado

Os investimentos previstos nos projetos que obtiveram laudos constitutivos emitidos pela ADA, em 2006, para Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, decorrentes de implantação, ampliação, diversificação e modernização, apontam para impacto positivo, do ponto de vista sócio-econômico, com a criação e/ou manutenção de **35.696** empregos diretos, além de investimentos fixos previstos na ordem de R\$ 3,9 bilhões, proporcionando importante incremento na economia regional

9.4 Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas (incluindo identificação das fiscalizações, realizadas de falhas e irregularidades detectadas e das providências adotadas)

Especificamente a ADA, não fiscaliza as empresas beneficiárias com a Isenção ou Redução do Imposto de Renda. Uma vez constatado que a empresa atende a legislação vigente, a ADA por força do Regulamento de Incentivos Fiscais administrados pela Agência, realiza vistoria técnica na empresa, para constatar se a produção ultrapassou o índice de vinte por cento da capacidade real instalada prevista, para assim, considerar-se que o empreendimento entrou em fase de operação, fator necessário para a expedição do Laudo Constitutivo, documento que irá subsidiar o reconhecimento do direito ao benefício da Redução do Imposto de Renda junto a Delegacia da Receita Federal a que estiver jurisdicionada, a empresa pleiteante.

Por força de competência, caberá a Secretaria da Receita Federal, acompanhar a regularidade das empresas beneficiada com Isenção ou Redução de Imposto de Renda.

9.5 Situação atual do projeto/instituição (incluindo objetivos e metas previstas vs. Realizadas)

A situação do projeto constitui a fase de tramitação do projeto nesta Agência. Sendo consideradas em operação os projetos que ultrapassaram 20% da capacidade instalada prevista (Laudo Constitutivo – Art. 1º da M.P. 2.199-14/2001) e em Manutenção os projetos que renovaram o benefício com a redução escalonada (Declaração - Art. 2º da M.P. 2.199-14/2001), o que apresentamos no Quadro 3, deste relatório.

As 118 empresas que receberam laudos constitutivos em 2006, estão geograficamente distribuídas dessa forma:

118 EMPRESAS		
AC	1	0,85%
AM	86	72,88%
AP	0	0,00%
MA	1	0,85%
MT	9	7,63%
PA	11	9,32%
RO	5	4,24%
RR	0	0,00%
TO	5	4,24%

Dos 164 laudos constitutivos emitidos em 2006, para 118 empresas na Amazônia Legal, a distribuição geográfica é a seguinte:

164 LAUDOS EMITIDOS EM 2006		
AC	1	0,61%
AM	125	76,22%
AP	0	0,00%
MA	1	0,61%
MT	13	7,93%
PA	14	8,54%
RO	5	3,05%
RR	0	0,00%
TO	5	3,05%

9.6 Legislação Pertinente

O benefício da Renúncia Fiscal é regido pela Medida Provisória 2.199-14, de 24/08/2001 e alterações posteriores.

9.7 Valor dos Investimentos, dos Incentivos e dos Recursos Liberados no projeto/entidade no exercício/FDA.

O valor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia a ser aplicado nos referidos projetos é de R\$ 673.556.097,37 (seiscentos e setenta e três milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil e noventa e sete reais e trinta e sete centavos).

Apesar da ADA ter procedido, em conformidade com as "Etapas para Liberação de Recursos do FDA e FNDE", o processo de liberação encontra-se estagnado conforme o item 38 das respectivas etapas. Portanto, não ocorreram liberações no exercício 2006.

10. AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DAS OPERAÇÕES DE FUNDOS

A Coordenação responsável pela administração dos instrumentos financeiros da Amazônia, representados pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, criado pela MP 2.157-5, de 24/08/2001, regulamentado pelo Decreto 4.254, de 31/05/2002, e alterações estabelecidas pelo Decreto Nº 5.593, de 23 de novembro de 2005.

O objetivo do FDA é de assegurar recursos para a realização de investimentos na Amazônia Legal, impulsionando, assim, o desenvolvimento da região. Das 45 cartas-

consultas analisadas em 2006 pela COGIF/GEPIN, 31 foram devolvidas aos interessados por não se enquadrarem na sistemática do FDA, 11 foram aprovadas e 3 estão em análise. Foram analisados 8 projetos pelo Banco da Amazônia S/A e aprovados pela Diretoria Colegiada da ADA, cujo valor total corresponde a R\$ 673.556.097,37. Para os projetos já aprovados, foram projetados 957 empregos diretos e 11.658 empregos indiretos. Dos projetos aprovados, 7 são de infraestrutura com ênfase para a geração de energia, apresentados no Quadro 4, as empresas beneficiadas com a respectiva situação do projeto. A identificação e situação atual das Cartas Consultas analisadas em 2006, encontram-se no **Quadro 6** do presente Relatório e no **Quadro 7** os projetos aprovados em 2006.

A fiscalização nos projetos aprovados para emissão do Laudo de Início de Implantação e do Atestado de Regularidade do Empreendimento está sendo executada pelo Agente Operador, a quem compete legalmente.

11. ACORDOS INTERNACIONAIS

PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

Estes programas ocorrem com aportes com o objetivo de atender as metas previstas nos Acordos Firmados entre a ADA e os seguintes organismos internacionais:

Projeto: PROGRAMA NACIONAL DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA-PRONAGER AMAZÔNIA

Acordo: ADA/FAO-UTF/BRA/040/BRA-TF054151

Fonte do Recurso da Cooperação: OGU/Programa Organização Produtiva de Comunidades –PRODUZIR (8009) –Ação (4831) -**Capacitação de Técnicos Multiplicadores e Empreendedores e Ação (0692)-Apoio a Geração de Empreendimentos Produtivos**

Forma de Execução: indireta – Transferência a Organismo Internacional (apoio a projetos oriundos de Governos Estaduais, Municipais, instituições paraestatais e instituições privadas sem fins lucrativos -ONGs). O recurso é aportado na FAO que o transfere à instituição proponente, via Carta de Acordo, não sendo formalizado convênio ou contrato com a ADA. A Carta de Acordo(instrumento similar a um convênio) é assinada pela FAO e pela instituição proponente/executora.

Área de Abrangência: Municípios das Mesorregião do Alto Solimões, Vale do Rio Acre e Bico do Papagaio; do Programa Faixa de fronteira e área de influência da BR-163 que façam parte dos APLs prioritários para o Desenvolvimento Regional mapeados pelo planejamento realizado pela ADA nos Estados da Amazônia Legal, exceto Maranhão, visto que este estado é contemplado pelo PRONAGER-NORDESTE/ADENE.

Objetivo: Combater a situação de desemprego e subemprego nas comunidades pobres, urbanas e rurais, da Amazônia, gerando ocupações produtivas e renda para melhorar a qualidade de vida de seus membros, mediante a capacitação profissional e organizacional, baseada em metodologias diversificadas, centradas na geração de empreendimentos associativos, familiares ou individuais de bens e serviços

PRODUTOS E METAS

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
1-Formulação de normas (Termos de referencia, revisões do documento de projeto...)	Nº Normas/documentos elaborados	10	09	90%	3.000,00	2.489,96	74,96%
2-Proceder a Divulgação, acompanhamento, monitoramento e avaliação do PRONAGER	2.1-Nº Viagens de divulgação/supervisão/acompanhamento realizadas,	30	12	40%	214.110,00	20.361,57	9,51%
3-Prover o núcleo gestor de insumos e capacitações necessárias ao seu funcionamento	Nº de capacitações recebidas/viagens	02	02	100%	46.244,41	6.735,14	92,35%
	Nº de equipamentos adquiridos/materiais	10	10	100%		35.970,36	
4-Construir e implementar sistemas informatizados para gerenciamento e monitoramento do Projeto	Sistema construído e implementado	01	0	0%	250.000,00	0	0%
5-Realizar	01 Reunião	01	0	0%	120.000,00	0	0%

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
reunião de planejamento e avaliação das ações do Projeto	realizada						
6-Assessorar as coordenações locais dos projetos apoiados nos aspectos financeiros e orçamentários	Assessorias realizadas	10	0	0%	83.099,07	152,36	0,01%
7-Capacitar as equipes técnicas dos projetos locais apoiados	Nº de pessoas capacitadas	0	12	12%	0	6.503,01	6503,01%
8-Prover as estruturas das coordenações locais dos projetos de suporte tecnológico mínimo	Nº de coordenações atendidas	01	0	0%	5.000,00	0	0%
9-Capacitar quadros técnicos locais para apoiarem os empreendimentos gerados	Nº de pessoas capacitadas	10	12	120%	10.000,00	0	0%
10-Fortalecer Comitês Técnicos locais para assessorarem os empreendimentos gerados	Nº de comitês fortalecidos	10	03	30%	100.000,00	0	0%
11-Realizar oficinas de priorização de subespaços e APLs para atuação do Projeto	Nº de oficinas realizadas	02	05	250%	10.000,00	0	0%
12-Capacitar empreendedores	Nº de empreendedores capacitados	700	163	23%	831.802,92	107.000,00	12,88%
13-Apoiar a estruturação inicial dos empreendimentos	Nº de empreendimentos apoiados	500	163	32%	230.000,00	107.000,00	46,52%
14-Cadastrar os empreendimentos gerados/fortalecidos	Nº de cadastros realizados	700	163	23,28%	100.000,00	0	0%
15-Apoiar a participação de empreendedores em eventos para divulgação e comercialização dos produtos	Nº de empreendimentos apoiados	10	03	30%	421.847,00	107.000,00	25,36%
	OVER-READ FAO					19.472,17	
TOTAL					2.425.103,40	413.372,17	17,04%

OBS.: O saldo líquido(sem over-read) de R\$ 2.425.103,40(utilizado para elaboração do Plano de trabalho 2006) é resultado de aporte realizado em 2005 e aportes anteriores a 2004, pois no ano de 2006 o programa de governo PRODUZIR-Amazônia (fonte de recursos para o PCT/ADA/FAO) não

apresentou financeiro e o financeiro do ano de 2004 foi transferido aos municípios através de convênios e, portanto, fora do âmbito do Projeto de Cooperação Técnica-PCT/ADA/FAO.
OBS.: O Saldo não utilizado no exercício 2006 será transferido para o plano de trabalho 2007 acrescido dos juros do ano de 2006: R\$2.011.731,30

Avaliação de Resultados

A atividade 1 foi realizada por técnicos da coordenação Regional do PRONAGER-Amazônia sem a necessidade de consultoria externa, sendo executada em 90% do programado.

A atividade 2 teve um percentual de execução de 40% correspondente a divulgação e acompanhamento de apenas 03 cartas de acordo. Pois em função da mudança metodológica imposta pela Coordenação Nacional do PRODUZIR as propostas de projetos que haviam sido enviadas pela executora tiveram que ser adaptadas as novas demandas e só então enviadas à FAO no Chile, o que só foi concluído nos últimos meses de 2006, motivo da baixa execução.

A Atividade 3 teve um percentual de execução física de 100% contudo os serviços/equipamentos foram adquiridos a preços bem menores que o planejado.

A atividade 4 teve percentual de execução físico e financeiro de 0% porque a Coordenação Nacional do PRODUZIR(Brasília) suspendeu o processo licitatório para aquisição do sistema informatizado sob a alegação de que estava adquirido um sistema informatizado semelhante que poderia ser utilizado também por esta coordenação regional do PRODUZIR.

As atividades 5 e 6 tiveram percentual de execução física de 0% em função do atraso na execução das cartas de acordo assinadas com a Prefeituras de Manaus e Rio Branco e Governo do Estado do Amapá, bem como pelo atraso na aprovação dos novos projetos pela FAO.

Não foi programada execução para a atividade 07 mas executou-se um percentual físico de 12% correspondendo a capacitação da equipe técnica das três cartas de acordo executadas em 2006 e da atualização de 08 pessoas nas alterações metodológicas implementadas pela Coordenação Nacional do PRODUZIR em Brasília. O custo da capacitação das 8 pessoas será coberto pela Coordenação Regional do PRODUZIR-Amazônia que transferirá o recurso via sistema FAO.

A atividade 8 não foi implementada (apresentando 0% de execução) pois depende da realização da atividade 4 (construção de sistema informatizado para Acompanhamento e avaliação do PCT-ADA/FAO).

A atividade 09 teve um percentual de realização física de 120% de realização, porém os custos foram incorporados pela Coordenação Nacional do PRODUZIR em Brasília onde foram capacitados 12 técnicos multiplicadores da Teoria da Administração para a coordenação de eventos de organização produtiva nos diversos municípios a serem beneficiados com recurso do PRODUZIR-Amazônia.

As oficinas previstas na atividade 11 foram realizadas pela ADA, com recursos próprios, com percentual superior a 100% do programado, pois aconteceram em todos os estados da Amazônia legal com a denominação de SPIRAL e Seminários de Diagnóstico de Arranjos Produtivos Locais.

As atividades de 12 a 15 tiveram percentual de execução baixo, respectivamente 23%,32%,23,28% e 30% porque em 2006 pactuamos apenas 03 cartas de acordo e seus executores tiveram problemas na execução o que atrasou o repasse de recursos(feito em parcelas).Além disso os novos projetos somente estão sendo aprovados pela FAO em 2007 atrasando todo o cronograma de execução do PRODUZIR-Amazônia.

Os recursos empregados nas atividades 12, 13 e 15 foram/serão transferidos em parcelas pela FAO a instituição proponente, via carta de acordo assinada entre esse Organismo e as Prefeituras/Governos Estaduais. A soma dessas três atividades referentes a 1ª e 2ª parcela da Carta de um total de 4 (R\$321.696,98) foi destinado à capacitação de 240 empreendedores em cursos técnicos e de gestão -sendo 87 empreendedores do APL (Arranjos Produtivos Locais) de móveis no Acre (Prefeitura Municipal de Rio Branco) e 153 do APL de Fruticultura (cupuaçu) nos Estados do Amazonas (Prefeitura Municipal de Manaus e Açaí no Amapá (Governo do Estado do Amapá) - e ao fortalecimento de 163 empreendimentos desses APLs para a melhoria da qualidade dos produtos, adoção de novas técnicas de produção e beneficiamento, aumento da produtividade, divulgação dos produtos, realização de feira de negócios e assistência técnica, creditícia e mercadológica aos beneficiários dos projetos. Até o momento os resultados físicos em relação a capacitação dos beneficiários destas 03 cartas ainda não chegaram a 100% visto que as cartas ainda estão em execução e algumas turmas ainda estão sendo capacitadas.

O percentual total de execução financeira do PCT/ADA/FAO em 2006 é de 17,04%. Parte desse percentual deve-se a inexecução pelos motivos já expostos e parte se deve a realização de atividades com recursos da ADA o que podemos considerar como uma economia de recursos que será remanejada para o apoio a projetos finalísticos por ocasião do plano de trabalho 2007.

Acordo: ADA/PNUD – Documento de Assistência Preparatória – BRA/04/002

Forma de Execução: Indireta, mediante Acordo de Cooperação Técnica Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Área de Abrangência: Amazônia Legal

Objetivo: Dotar a ADA de meios e instrumentos necessários para habilitá-la ao cumprimento de sua missão, voltada à promoção do desenvolvimento da Amazônia, na perspectiva dos papéis a serem desenvolvidos pela nova Instituição, em fase de criação.

Produtos e Metas:

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (R\$)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Sistemas de gestão, de informação e de avaliação, desenvolvidos e implantados.	Sistema	06	02	33,3	248.020,00	48.000,00	19,35
Estrutura administrativa técnica e operacional estabelecida e funcionando adequadamente no Projeto.	Percentual	100	100	100	50.615,00	31.064,86	61,4
TOTAL	---	----	----	----	298.635,00	79.064,86	26,47%

Avaliação do Resultado:

O documento de Assistência Preparatória – Projeto BRA/04/002, assinado em 15 de outubro de 2004 foi elaborado com o objetivo de fortalecer institucionalmente a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, no sentido de dotar a Agência de meios e instrumentos necessários para habilitá-la ao cumprimento de sua missão, voltada à promoção do desenvolvimento da Amazônia, na perspectiva dos papéis a serem desenvolvidos pela nova Instituição que a sucederá, a Nova SUDAM.

No decorrer do exercício de 2006 foi realizada uma revisão substantiva mediante a qual, excluiu-se alguns produtos (Programa de Capacitação, Aquisição de Equipamentos para o CTM e Ações/projetos estratégicos nas áreas de Infra-estrutura-econômica-social, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente) e estendeu-se seu prazo de execução até 28 de fevereiro de 2006 para a realização somente daqueles produtos possíveis de serem alcançados.

Assim, como pode ser observado no Quadro acima, no exercício de 2006 foram realizadas as seguintes ações: Aprovação do novo Documento de Projeto, conclusão da construção de 2 sistemas de gestão (sistema de protocolo, patrimônio e almoxarifado e sistema de gestão dos projetos de cooperação técnica) e o aprimoramento da estrutura técnico-administrativa do Projeto.

Nesse contexto, a ação Aprovação do documento do projeto foi 100% realizada, muito embora ocorresse somente em dezembro de 2006, o que provocou o atraso verificado para o início de sua execução.

A ação Sistemas de gestão e avaliação desenvolvidos e implantados, foram programados 6 e foram realizados 2, correspondendo a uma execução física e financeira de 33,3% e 19,35%, respectivamente. A causa do não alcance integral do programado, conforme mencionado no relatório anterior, deve-se a demora na definição quanto à obtenção desses sistemas junto ao Ministério da Integração Nacional, o que não ocorreu até a data do início dessa ação. Assim, esse ajuste já foi incorporado na Revisão substantiva mencionada.

A ação Estrutura Administrativa técnica e operacional do Projeto alcançou quantitativamente 100%, tendo, porém, um alcance financeiro de 61,4%, em virtude da ADA ter suprido parte da estrutura operacional do Projeto, com material de consumo e outros insumos, não importando, porém, em gastos no orçamento do projeto.

Ressalta-se que em 2006, não houve aporte recursos para o Projeto.

Acordo: ADA/OEA – Projeto de Ações Integradas para o Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – PRODESAM (Projeto/BRA/OEA/04/001)

Forma de Execução: Cooperação Técnica Internacional - Modalidade Execução Nacional

Área de Abrangência: Amazônia Legal

Objetivo: Contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Principais Produtos e Metas:**Projeto/BRA/OEA/04/001**

META FÍSICA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			META FINANCEIRA (RS)		
		Programado	Realizado	% de Realização	Programado	Realizado	% de Realização
Plano de Desenvolvimento da Amazônia, elaborado (1)							
Banco de Dados da Amazônia – BADAM, ampliado e modernizado (2)							
Planejamento Estratégico Institucional elaborado (3)	Percen.	100		100	128.000,00	70.000,00	58,3
Programa para o gerenciamento integrado de recursos hídricos da Amazônia elaborado- Etapa de ordenamento territorial (4)	Plano Elaborado	01	01	100	133.504,00	34.960,00	26,19
Laboratório de geoprocessamento e sensoriamento remoto reaparelhado e modernizado(5)	Unid.	01	-	100	193.383,15	168.230,00	86,99
Cadastro Cartográfico Digital Georreferenciado dos empreendimentos dos sistemas de incentivos fiscais da amazonia elaborado (5)	Percen.	100	01	100	44.912,55	3.755,00	8,30
Mapoteca ampliada e tecnologicamente modernizada(5)	Unid.	01	-	100	55.102,35	37.956,00	68,8
Sistema para a Rede de Pesca e Aqüicultura da Amazônia – REPAQ, baseado na internet, implantado	Percen.	100	01	80	131.611,20	46.886,00	35,7
Documento consolidado sobre as ações implementadas pelo Programa de Desenvolvimento da Vales Amazônicos - PROVAM, e pelo Programa de Ações Estratégicas para a Amazônia Brasileira PRODEAM, no âmbito do acordo SUDAM/OEA (6)	Documento	01	01	100	36.582,50	31.000,00	84,0
Documento com as tecnologias de baixo custo e experiências em saneamento básico para comunidades ribeirinhas da Amazônia Legal elaborado e divulgado	Documento	01	-	100	81.035,05	37.784,30	46,0

Realizou-se em março de 2006, um seminário para apresentação dos Estudos Setoriais, preparatórios para elaboração do Plano, no entanto, houve um atraso na execução da ação de Elaboração de Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – PDSA . Isso se deu, em função da sua estratégia de elaboração que se vincula ao seu ao Plano Amazônia Sustentável –PAS, do Governo Federal, tendo o mesmo sido concluído após as rodadas de discussões, nos Estados da Região, no segundo semestre de 2006.

Em 2006, discutiu-se a Elaboração de um novo Termo de Referência para o Projeto de Ampliação e modernização do Banco de Dados da Amazônia -BADAM, sendo assim a nova base de dados deverá incorporar, principalmente as informações produzidas pela Instituição: APL's, Contas Regionais ZEE's, dentre outros.

Com a contratação de uma consultoria para entrega do Relatório Final da ação de Elaboração do Planejamento Estratégico dá-se como concluída as atividades previstas no Projeto. Dentro desse contexto foram elaborados e implementado nos estados da Região o Programa de Integração Intra-Regional, inclusive com as formação de GT's; realizou-se o levantamento de Demandas e Prospecção Tecnológica para Núcleo de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia; apoiou-se a realização de eventos para discussão de temas relevantes, tais como relacionados ao Setor Pesqueiro e a Certificação da atividade Florestal-Madeireira .

Na Elaboração do Programa de Gerenciamento de Recursos Hídrico apoiou-se a realização do evento promovido pela OTCA “Visões da Bacia Amazônica” como forma de subsidiar a elaboração do GEF –Amazonas, um grandiosos projeto a ser financiado com parte de recursos do Fundo para o Meio Ambiente do Banco Mundial para se elaborar um Plano de Recursos Hídricos para as bacias transfronteiras da Amazônia..

As Ações de Reparcelamento e Modernização do Laboratório de Geoprocessamento; Elaboração do Cadastro Digital; e Ampliação e Modernização da Mapoteca, estão interligadas entre si, portanto após contratação de uma consultoria, aquisição de equipamentos e capacitação de servidores, chegou-se a um percentual de realização das metas programadas, em 100%.

O Documento Consolidado com as ações do PROVAM/PRODEAM foi concluído com a publicação de 1000 exemplares para distribuição entre os Órgãos de Planejamento e Instituições de Pesquisas da Região.

A Ação para a Elaboração do Documento com as Experiências em Tecnologias em Saneamento de Baixo-Custo para Amazônia, teve um percentual de execução de 100%, conforme programado no Projeto, e correspondeu ao mapeamento das experiências ao

longo da calha do Rio Amazonas e seus afluentes, a realização de um Workshop para validar as experiências e realização do documento final, contendo as experiências e proposições para a solução da problemática. Sendo que a ação encontra-se revisada em suas metas, propondo-se nesta fase o acompanhamento de experiências pilotos em comunidades da Região.

12. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA

Em conformidade com a Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, (LOA 2006) e em observância as disposições e limites constantes no Decreto nº 5.780 de 19 de maio de 2006 que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006, e dá outras providências. A Agência de Desenvolvimento da Amazônia por meio de sua Unidade Gestora 5330001-MI/SE/SECEX AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, teve um orçamento aprovado de R\$44.577.518,00, conforme a Demonstração de Execução Orçamentária e Financeira por Programa, **Quadro 1**. Somando-se ao orçamento inicial, foram criados mais R\$ 743.992,00 de créditos suplementares referente à despesa de pessoal e custeio da assistência médica e odontológica, e mais transferências recebidas de R\$684.417.647,00 para inversões financeiras destinadas ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, R\$172.190,15 para o Programa Resposta ao Desastre/ Socorro e Assistência a Pessoas Atingidas por Desastres e R\$127.945,87 destacado para o programa/Ação – 0757 - Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, totalizando dessa forma R\$730.039.293,02, que deduzindo os destaques concedidos de R\$172.000,00 e a suplementação de R\$150.000,00 para assistência médica e odontológica perfaz o total da previsão da receita no Balanço Orçamentário de R\$729.717.293,02, onde foram executados R\$714.552.012,38 correspondente a 98% do total fixado, não estando incluído nesse total R\$172.000,00 de destaque concedido.

Por ocasião do encerramento do exercício de 2005, foi registrado em Restos a Pagar, o montante de R\$1.130.086.341,17, desse total no decorrer do exercício foram cancelados empenhos, no valor R\$1.108.042.676,00, R\$15.334.769,17 foram pagos e o saldo R\$6.558.896,00 foram reinscritos. Quanto aos Restos a Pagar 2006 para pagamento em 2007, seu valor total é de R\$710.774.807,11 discriminados da seguinte forma:

R\$159.265,35 de Fornecedores do Exercício, R\$150.000,00 convênios a pagar, R\$1.990,93 Valores em Trânsito Exigíveis, R\$60.240,00 de Recursos Especiais a Lib. P/ Transferência e R\$710.403.310,83 de Restos a Pagar Não Processado a Liquidar, sendo desse total R\$.684.417.647,00 do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e o restante R\$25.985.663,83 de Fornecedores e convênios, sendo R\$19.426.767,83 de 2006 e R\$6.558.896,00 de 2005.

13. GESTÃO ADMINISTRATIVA

A **Coordenação de Gestão Administrativa** para instrução e manutenção dos processos possui poucos servidores , contudo conseguiu realizar os processos para cristalização das aquisição e prestação de serviço.

13.1. Contratação Direta

13.1.1 Dispensa em razão do valor (Quadro 8)

As dispensas estribadas nos incisos I e II seguem fluxo da Portaria Normativa nº22/2004 e foram realizadas poucas este ano.

Demonstrando que a administração está preocupada em agrupar as suas compras e realizar compras sempre pela maior abrangência da Lei, isto é, licitação.

13.1.2 Dispensa, exceto os incisos I e II Inexigibilidade (Quadro 9).

Outras dispensas não enquadradas nos incisos acima mencionadas possuem análise e manifestação jurídica. As unidades técnicas cabem expor, justificar e atender a guia de orientação contida na Lei 8666/93 e nos pareceres emitidos a fim de reste sempre preservado os princípios contidos na CF/88. Após cabe ao gestor decidir segundo seu juízo e dos elementos juntados nos autos a factibilidade de contratação.

13.2. Licitações

Todas as licitações são instruídas e repassam pela análise jurídica. E quando há o encerramento do evento licitatório o processo retorna para verificação da legalidade dos atos praticados, permitindo a tomada de decisão pela autoridade que homologa e adjudica o objeto do certame seja respaldo por pressuposto fático da observância das normas legais.

Os quadros demonstrativos enumeram as licitações, Modalidade Pregão e Convite, assim como os Contratos realizados para Serviços Contínuos em 2006 (**Ver Quadros 10, 11 e 12**).

Adendo importante foi a utilização do processo de compra por adesão ao Sistema de Registro de Preço de outras instituições como forma de aproveitar a economia de escala e adquirir bens com vantagem, importantes compras foram realizadas entre elas se destacam: os dois veículos oficiais, equipamentos e insumos de informática conforme o **Quatro 13**.

A ADA, também, está adotando em diversas compras o registro de preço como forma de aquisição e prestação de serviço.

Avaliação do Resultado:

Para a adequação de perfil e dos quantitativos quanto aos Recursos de Suporte para implementação das ações finalísticas, foram desenvolvidas atividades de suporte aos programas, além da manutenção dos serviços administrativos da Instituição.

Em 2006, mesmo com restrição orçamentária para desenvolvimento desta ação, foram efetuadas medidas de trabalho conjuntas e participativas com os atores envolvidos, tais como: Continuação de padronização de móveis, Iniciada a renovação da frota de veículos, aquisição de equipamentos: switches a fim de evitar estrangulamento na rede de informática, aquisição de impressoras de rede visando a economia com gasto com cartuchos, início da compra de equipamentos gráficos a fim de dar suporte as demandas internas e externas, conclusão das obras de reforma do restaurante e a climatização deste, aquisição de purificadores de ar a fim possibilitar a eliminação de bactérias e fungos do arquivo geral, Recuperação de equipamento odontológico; diversas aquisições e serviços objetivando o suporte logístico e de suprimento.

Em 2006 do total do programa para o custeio administrativo foi de R\$4.263.015,00, a ADA recebeu um limite total para empenho de R\$3.859.539,64, para as despesas de custeio e investimento, distribuídos em R\$3.415.898,75 em despesas correntes e R\$244.997,96 em despesas de capital da fonte 100, R\$116.053,33 em despesas correntes e R\$82.589,60 em despesas de capital, desse total foram executados 88,19% que atenderam as demandas elencadas nos objetivos específicos da ação.

14. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

A Coordenação de Gestão de Pessoas da ADA, tem como finalidade gerir a vida funcional do elemento primordial de qualquer organização – “**O ser humano**”. Seus atos administrativos são baseados na **Lei Nº 8.112 de 11/12/1990**, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais.

A movimentação de toda a gestão de pessoas, está centrada no Servidor: suas atribuições e responsabilidades, previstas na estrutura organizacional, bem como seus direitos, motivação e integração.

O quadro real de servidores no período de janeiro a dezembro de 2006 nesta Agência ficou assim discriminado: 125 (cento e vinte e cinco) servidores ativos permanentes, 05 servidores Requisitados, 13 Comissionados e 05 Procuradores da AGU, perfazendo um total de servidores de 148. Deste total, temos 02 servidores Cedidos para outros Órgãos e 02 Licenciados para tratar de Interesses Particulares, tendo permanecido em atividades na ADA um total de 144 servidores.

A seguir anexamos quadro sintético da situação/dezembro 2006.

Quadro Demonstrativo Sintético Dezembro de 2006

COD	SITUAÇÃO	QUANTIDADE
1	ATIVO PERMANENTE	125
2	REQUISITADO	05
3	NOMEADO EM COMISSÃO	13
4	PROCURADORES/CGF/AGU	05
TOTAL		148

14.1 Quadro Quantitativo de Servidores/Pensionistas da ADA

Servidores/Pensionistas 2006

SERVIDORES	QUANTITATIVO
Servidores Efetivos	125
Servidores Requisitados	05
Servidores Cargos Comissionados	13
Servidores em Exercício descentralizado de Carreira	05
Sub - Total (01)	148 Servidores Ativos
PENSIONISTAS (BENEFICIÁRIOS)	02
Sub-Total (02)	02
TOTAL GERAL (01 + 02)	150 beneficiários/Pensionistas

14.2 Quadro Analítico dos 150 Servidores/Pensionistas

Presentes no Gerencial SIAPE até Dez/2006

FORÇA DE TRABALHO ATÉ DEZEMBRO DE 2006														
CÓD.	ANO 2004/2005	2005	2006	2006	2006	2006	2006	2006	2006	2006	2006	2006	2006	2006
SIT.	MESES	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	DESCRIÇÃO	QDE												
.01	ATIVO PERMAN.	127	122	122	122	122	122	122	123	123	123	123	123	123
.03	REQUISITADO	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
.04	NOM.CARG.CO MISS	14	14	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13
.08	CEDIDO	2	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2
.18	EXERC. DESCENT. CARREL/REQUISITADO/AGU	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
	ATIVOS-SUB-TOTAL	153	149	148	148	148	148	148	148	148	148	148	148	148
	INATIV. SUB-TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	BENEFICIÁRIO DE PENSÃO	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	TOTAL GERAL	155	151	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150
Fonte: Dados extraídos do SIAPE/GERENCIAL/GRCOSITCAR/06														

14.3 Quadro dos 125 Servidores Efetivos

Por Nível e Categoria Funcional

NÍVEL SUPERIOR			
CATEGORIA FUNCIONAL	QUANT.	SITUAÇÃO Dez/ 2006	* OBS
ADMINISTRADOR	2	1	1 - Licença para Tratar de Interesses Particulares
ANALISTA DE SISTEMA	2	2	-
ASSISTENTE SOCIAL	4	3	1- Cedido para ANS- RJ
AUDITOR	2	2	-
BIBLIOTECÁRIO	3	3	-
CONTADOR	3	3	-
ECONOMISTA	13	13	-
ENGENHEIRO AGRONOMO	15	14	1 -Licença para Tratar de Interesses Particulares

NÍVEL SUPERIOR			
CATEGORIA FUNCIONAL	QUANT.	SITUAÇÃO Dez/ 2006	* OBS
ENGENHEIRO FLORESTAL	5	5	-
ENGENHEIRO	7	7	-
GEÓGRAFO	1	1	-
GEÓLOGO	1	1	-
MÉDICO	2	2	-
ODONTÓLOGO	1	1	-
SOCIÓLOGO	1	1	-
TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	3	3	-
TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL	1	1	-
TOTAL	66	63	03

NÍVEL MÉDIO			
CATEGORIA FUNCIONAL	QUANT.	SITUAÇÃO Dez/ 2006	OBS
AGENTE ADMINISTRATIVO	22	22	-
AGENTE DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE	2	2	-
AGENTE DE PORTARIA	3	3	-
ARTÍFICE DE ELETRICIDADE E COMUNICAÇÃO	1	1	-
ARTÍFICE D E ARTES GRÁFICAS	2	2	-
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	1	1	-
DATILÓGRAFO	8	8	-
OPERADOR DE COMPUTADOR	4	4	-
PROGRAMADOR	4	3	-1 Cedido para SIPAM-PA
TÉCNICO DE CONTABILIDADE	12	12	-
TOTAL	59	58	01

NÍVEL AUXILIAR			
CATEGORIA FUNCIONAL	QUANT.	SITUAÇÃO Dez/ 2005	OBS
Obs: Não existem	0	0	0

14.4 Quadro Analítico Sistematizado de Servidores Efetivos da ADA

NÍVEIS	QUANT. DE SERVIDORES EFETIVOS NA ADA EM DEZ/2005	QUANT. DE SERVIDORES EFETIVOS *AUSENTES DA ADA EM DEZ/2005	QUANT. GERAL DE SERVIDORES EFETIVOS DA ADA
SUPERIOR	63	3	66
MÉDIO	58	1	59
AUXILIAR	0	0	0
TOTAL GERAL	121	04	125

*Servidores Ausentes: 04, sendo: 02 de Licença e 02 Cédidos .

14.5 Aspectos Legais Observados

Conforme os dados solicitados apresentados segundo nossos registros.

14.6 Admissão

No exercício de 2006 não houve nenhuma admissão para exercer Cargos Comissionados nesta Agência, apresentado-se no **Quatro 14** os demonstrativos de Cargos em Comissão e Substituição.

14.7 Remuneração do Pessoal Ativo

Quadro Demonstrativo de Remuneração do Pessoal Ativo da ADA

Levando-se em consideração que há uma dinâmica acelerada de variação de dados na composição de Quadro de Pessoal durante ano, tomaremos como Fonte de dados a Folha de Pagamento do mês Dezembro de 2006 desta Agência. Neste sentido, o quadro de pessoal da ADA estava constituído por 148 Servidores Ativos e 02 Beneficiários de Pensão, totalizando 150 Servidores Ativos/Pensionistas, cujo impacto na folha demonstramos a seguir:

Balancete Contábil SIAFI - 2006

EXERCÍCIO: 2006	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR
31901100 - Vencimento e Vantagens Fixas	4.830.826,55
Vencimentos e Salários	4.439.227,84
13º Salário	391.598,71
31900800 - Outros Benefícios Assistenciais	
31900900 - Salário Família	
31901300 - Obrigações Patronais	868.306,10
31901600 - Outras Despesas Variáveis	167.652,51
31909100 – Sentenças Judiciais (Ação não Tránsit. Julg.)	
31909100 – Sentenças Judiciais (Precatórios)	
31909200 – Despesas de Exercícios Anteriores	62.960,96
31909400 – Indenizações Trabalhistas	
SUB-TOTAL	5.929.746,12
PESSOAL INATIVO	
31900100 – Aposentadorias e Reformas	
Proventos e Pessoal Civil	
13º Salário	
31909200 – Despesas de Exercícios Anteriores	
PESSOAL PENSIONISTA	
31900300 – Pensões	14.171,57
Pensões Civis	12.737,45
13º Salário	1.165,56
31909200 - Despesas de Exercícios Anteriores	268,56
TOTAL GERAL	5.943.917,69

Fonte: Dados extraídos do (BALANCETE CONTÁBIL SIAFI/2006)

14.8 Cessão

No exercício de 2006 não houveram servidores cedidos para outras instituições.

14.9 Provimento de Servidores Públicos e Contratação de Consultoria

Quanto ao provimento de servidores públicos os dados já foram informados no item- 2.1 Admissão. Quanto a Contratação de Consultoria no exercício de 2006, não houve nenhuma solicitação por esta Coordenação.

14.10 Demonstrativo da Distribuição de Pessoal – (Áreas Meio e Fim)

ÁREA DE GESTÃO	
DIRETORIA	SUB-TOTAL = 3
GABINETE	CHEFIA =01
	SECRETARIA= 07
	CCI – 03
	SUB-TOTAL = 11
PROCURADORIA JURÍDICA	CJC=01
	CJC= 01
	SECRETARIO= 01
	PROCURADORAS= 03
	SUB-TOTAL = 6
AUDITORIA	CHEFIA =01
	SECRETARIA= 02
	CCI – 01
	CCE= 02
	SUB-TOTAL = 6
TOTAL=26	
ÁREA MEIO	
COGAF	COORDENAÇÃO = 01
	ASSISTENTE TÉCN . = 01
	COFI= 05
	COGEA =19
	CGP =14
	CPC = 7
	TOTAL=47
ÁREA FIM	
COPLAGE	COORDENAÇÃO =01
	CGTI= 9
	CGI=7
	CEIR=1
	CPA=2
	BIBLIOTECA= 2
	SUB-TOTAL = 22
GEDES	COORDENAÇÃO =01
	ASSISTENTE TÉCN . = 01
	CCPDS= 1
	CEPS= 3

ÁREA DE GESTÃO	
	SUB-TOTAL = 6
GEPE	GERENTE =01
	ASSISTENTE TÉCN . = 01
	CDPE= 2
	CCTF=1
	SUB-TOTAL = 5
GEPIN	GERENTE =01
	SECRETARIA= 3
	CGFDA= 16
	CCRDN= 1
	UGEFIN= 8
	SUB-TOTAL = 29
GEMAM	GERENTE =01
	ASSISTENTE TÉCN . = 01
	SECRETARIA= 01
	CCTI= 4
	CMA= 4
	SUB-TOTAL =11
TOTAL = 73	

Sistematização de Distribuição de Pessoal por Áreas

ÁREA DE GESTÃO	TOTAL= 26
ÁREA MEIO	TOTAL = 47
ÁREA FIM	TOTAL = 73
TOTAL GERAL = 146	

Obs: Para a compreensão do cômputo geral do nº de servidores/pensionistas equivalente a 150, além dos 146 acima discriminados, contam ainda: 02 (dois) servidores Cedidos para outros órgãos da administração pública federal e 02 (dois) dependentes pensionistas.

No exercício de 2006 não houve nenhum caso de beneficiário de pensão.

PENSÃO	
INSTITUIDOR	BENEFICIÁRIOS
0	01-Filho-idade de 17 anos
	02- Filho- idade de 5 anos
TOTAL DE INSTITUIDOR = 0	

No exercício de 2006, houve a abertura de apenas uma Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, conforme Portaria nº 82, de 05 de dezembro de 2006, publicada no DOU nº 239, seção 2 de 14 de dezembro de 2006.

A coordenação de Gestão de Pessoas dentro desta ação coordenou as atividades de Estágio realizadas nas diversas Unidades Técnicas e Administrativas da ADA.

Estágio: Principais Produtos e Metas

PRODUTOS METAS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE			VALOR TOTAL R\$		
		Programado	Executado	Resultado (%)	Programado	Executado	Resultado (%)
Contratação de Estagiários	Estagiários Contratados	30	26	86	93.600,00	80.708,58	86%

Avaliação dos Resultados

Pontos altos:

- As atividades do Programa de Estágio foram desenvolvidas em consonância com a legislação que rege a matéria, a saber: Lei nº 6.494, de 07/12/1977, Decreto nº 87.497, de 18/08/1982, Decreto nº 2.080, de 26/11/1996 e Portaria nº 8, de 23/01/2001.
- **O objetivo do referido Programa** visa possibilitar oportunidades de **aperfeiçoamento à formação profissional** do corpo discente de diversas Instituições de Ensino Superior e de Ensino Médio, que possuem Convênio com esta Agência. Neste sentido, concluímos que os resultados foram alcançados.
- O número de vagas para Estágio nesta Agência, obedecendo aos critérios da Legislação vigente, são 30 (trinta) para estudantes de nível superior e 15 (quinze) para os de nível médio. Vale ressaltar a grande demanda de estudantes que buscaram oportunidades de Estágio nesta ADA.

Pontos Críticos

- Alta rotatividade de estagiários em decorrência dos baixos valores da Bolsa de Estágio; o que ocasionou a desistência por parte dos alunos, que encontraram melhores oportunidades de estágio em outros Órgãos;
- A demora no retorno das Folhas de Frequência e Avaliação de alguns estagiários para esta Coordenação, com vistas a subsidiar a CGP, com relação ao pagamento da Bolsa de Estágio.

OBS.: Em 2006 foram criadas 49 oportunidades de Estágios para alunos de diversos Cursos, matriculados regularmente em Instituições de Ensino da Rede Pública e Privada que celebraram Convênio com a ADA em conformidade com a Legislação pertinente. Do total dos 49 estudantes que passaram durante o ano de 2006 pelas diversas Unidades Técnicas e Administrativas da ADA, 27 concluíram o estágio e 22 ainda permanecem na Instituição.

RESUMO DAS ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO E ESTÁGIO

Oportunidades/Treinamento	Numero de Servidores
Oportunidades de Capacitação/Treinamento efetivadas	81
Eventos motivacionais realizados	09
Estagiários Contratados (oportunidades para estágio)	49
Estágios Concluídos	27
Estagiários em atividade	22

Fonte: COGAF/CGP/2006